

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**SARA MOREIRA MAIA**

**USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS:  
A compreensão da Praça João Lisboa e Largo do Carmo**

São Luís

2015

**SARA MOREIRA MAIA**

**USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS:**

**A compreensão da Praça João Lisboa e Largo do Carmo**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Ma. Mariana Sousa Valporto

São Luís

2015

**SARA MOREIRA MAIA**

**USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS:**

**A compreensão da Praça João Lisboa e Largo do Carmo**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Mariana Sousa Valporto (Orientadora)**  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Célia Regina Mesquita Marques**  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. M.e José Aquiles Sousa Andrade**

## DEDICATÓRIA

A todos que frequentam ou um dia frequentaram a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por iluminar meu caminho, principalmente nas horas mais difíceis. À minha família, especialmente à minha mãe, Aparecida, que sempre acreditou e me incentivou nesta caminhada, ao meu pai, Omar, e aos meus irmãos, Alexandre e Gabriel. Obrigada pela compreensão nos momentos em que precisei estar ausente durante o desenvolvimento deste trabalho.

Obrigada aos amigos, os de longas datas e os que conheci recentemente, pela torcida e pela compreensão nos momentos de ausência. Stephanie, amiga desde a escola, e depois colega de faculdade e de TCC, você foi fundamental nesse processo, muito obrigada pelas dicas, revisões e puxões de orelha. Ivamberto, obrigada por me acompanhar nas pesquisas de campo, sem você não teria sido tão proveitoso e divertido.

Agradeço aos professores da FAU-UEMA, em especial à Profa. Dra. Barbara Prado, por despertar a busca por conhecimento, e à minha orientadora, Profa. Ma. Mariana Valporto, pela paciência e atenção.

Obrigada a todos que contribuíram para as pesquisas de campo, respondendo aos formulários e trocando ideias sobre o espaço em questão. A opinião de vocês foi fundamental.

*“A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.”*

(Vinícius de Moraes)

## RESUMO

O seguinte trabalho de conclusão de curso aborda a problemática de uso e apropriação de espaços livres públicos, tendo como objeto de pesquisa a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo, localizados no centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão. Diante do contexto de urbanização brasileiro, associado a fatores econômicos, sociais e políticos, as dinâmicas das relações sociais no espaço urbano transformaram-se, contribuindo para o privilégio da vida privada e conseqüentemente para a deterioração dos espaços livres públicos, além de acentuar as diferenças e exclusões sociais. Nos centros históricos, esse processo se manifesta de forma mais grave, podendo acarretar em descaracterização e alteração de projetos, e conseqüentemente perda de sua identidade e valor histórico. No entanto, vale ressaltar que as apropriações nem sempre implicam em inadequações ou indícios de marginalidade. Podem, na verdade, atuar como indicadores das necessidades e desejos dos usuários e auxiliar no processo de projetos de futuras intervenções. O objetivo deste trabalho é, portanto, compreender as dinâmicas de uso e apropriação do espaço onde está inserida a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo, a partir de uma análise qualitativa do espaço, baseada em variáveis físico-espaciais e em variáveis relativas aos usuários. Espera-se que os resultados desta leitura do espaço auxiliem em futuras intervenções.

Palavras-chave: Espaço Livre Público. Largo do Carmo. Praça João Lisboa. Uso e Apropriação.

## **ABSTRACT**

This Final Work Paper concern about the problematic of use and appropriation of public open spaces, focusing on the João Lisboa Square and the Largo do Carmo, located in the historic center of São Luis, Maranhão. In the Brazilian urban context, associated with economic, social and political factors, the dynamics of social relations in the urban space have changed, contributing to the privilege of privacy life and consequently to the deterioration of public open spaces, and accentuated the differences and social exclusion. In historic centers, this process manifests more severely and may cause disfigurement and projects changes, and consequently loss of their identity and historical value. However, it is noteworthy that these appropriations not always imply inadequacies. They can actually act as indicators of the needs and desires of the users, and help in the process of future intervention projects. The objective of this work is therefore to understand the dynamics of use and appropriation of the space where it's located the João Lisboa Square and the Largo do Carmo, from a qualitative analysis of physical-spatial variables and variables related to users. It is expected that the results of this analysis may help in future interventions.

Keywords: Open Public Space. Largo do Carmo. João Lisboa Square. Use and appropriation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Piazza San Marco em Veneza.....	19
Figura 2 - Praça Tiradentes, em Ouro Preto-MG.....	20
Figura 3 - Parque do Anhangabaú, São Paulo-SP em 1915.....	21
Figura 4 - Camelôs na Rua Grande, São Luís.....	24
Figura 5 - Praça Pioneer, Portland.....	29
Figura 6 - Praça em Berlim.....	30
Figura 7 - Rua pedestrianizada em Brighton, Inglaterra.....	31
Figura 8 - Praça La Dèfense, em Paris.....	32
Figuras 9a e 9b - Diferentes grupos na Praça Roosevelt.....	36
Figura 10 – Localização da Praça João Lisboa e Largo do Carmo no Centro Histórico de São Luís. ....	39
Figura 11 - Vista do Pelourinho que existia na Praça João Lisboa.....	40
Figura 12 - Planta baixa da praça João Lisboa e Largo do Carmo em 1904 reconstituída a partir de fotografias.....	41
Figura 13 - Chafariz no segundo jardim da Praça João Lisboa.....	42
Figura 14 - Trecho da Praça João Lisboa em frente à Igreja do Carmo. As árvores ofereciam espaços agradáveis aos usuários. ....	42
Figura 15 – Abrigo do bonde na Praça João Lisboa, década de 1950. ....	44
Figura 16 - Planta baixa da praça João Lisboa e Largo do Carmo em 1990 reconstituída a partir de fotografias.....	45
Figura 17 - Raio de aplicação dos formulários. ....	46
Figura 18 - Divisão dos trechos. ....	47
Figura 19 - Praça João Lisboa.....	47
Figura 20 - Pessoas sentadas à sombra da Praça João Lisboa. ....	48
Figura 21 - Mapa de uso e ocupação das edificações do entorno.....	49
Figura 22 - Ponto de taxi e cadeira de engraxate na Praça João Lisboa.....	50
Figura 23 - Largo do Carmo. À direita, Igreja do Carmo.....	52
Figura 24 - Canteiro entre o trecho 1 e 2. ....	52
Figura 25 - Piso de pedras portuguesas danificado.....	53
Figura 26a - Fonte da Igreja e Figura 26b – Canteiro danificado pelas raízes. ....	54
Figura 27 - Trecho do abrigo do Carmo (lanchonetes).....	54

Figura 28 - Abrigo do Carmo.....	55
Figura 29a e 29b - Caixas de passagem expostas. ....	56
Figura 30 - Lixo exposto próximo ao abrigo do Carmo. ....	56
Figura 31 - Bancas de revista sendo retiradas do passeio público. ....	57
Figura 32 - Abrigo para engraxates próximo à Igreja do Carmo, e lanchonetes ao fundo .....	58
Figura 33 - Mapa comportamental dos três trechos – usos e territórios .....	64
Figura 34 - Quadro de uso e apropriação de cada trecho.....	65

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Meio de transporte utilizado para acessar a Praça João Lisboa e Largo do Carmo.....	49
Gráfico 2 - Horário que costuma frequentar a Praça João Lisboa e Largo do Carmo.....	50
Gráfico 3 - Razões para frequentar a Praça João Lisboa e Largo do Carmo. ....	51
Gráfico 4 - Sexo dos usuários da Praça João Lisboa e Largo do Carmo.....	59
Gráfico 5 - Idade dos usuários da Praça João Lisboa e Largo do Carmo.....	59
Gráfico 6 - Principais fatores que incomodam os usuários da Praça João Lisboa e Largo do Carmo.....	59

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS URBANOS .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Conceitos, funções e importância .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 As praças.....</b>	<b>18</b>
<b>3 DISCUSSÃO: USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 fatores que influenciam no uso e apropriação de espaços livres públicos .....</b>	<b>26</b>
3.1.1 Variáveis físico-espaciais.....	27
3.1.1.1 Acessibilidade e mobilidade .....	27
3.1.1.2 Diversidade de atividades oferecidas.....	28
3.1.1.3 Aparência .....	29
3.1.1.4 Conforto e adequação ambiental.....	30
3.1.1.5 Segurança.....	32
3.1.2 Variáveis relacionadas às características dos usuários .....	34
3.1.2.1 Territorialidade e privacidade .....	34
3.1.2.2 Estilos de vida .....	35
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>38</b>
<b>5 A PRAÇA JOÃO LISBOA E LARGO DO CARMO: COMPREENSÃO DO ESPAÇO .....</b>	<b>39</b>
<b>5.1 Um breve histórico.....</b>	<b>39</b>

<b>5.2 O espaço hoje: conflitos e potencialidades.....</b>	<b>45</b>
5.2.1 Trecho 1: Praça João Lisboa .....	47
5.2.2 Trecho 2: Largo do Carmo (Pátio da Igreja).....	51
5.2.3 Trecho 3: Abrigos do Carmo (Lanchonetes) .....	54
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA PESQUISA DE OPINIÃO .....</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entende-se por espaço público, todo aquele de livre acesso e aberto, sem exceção, a todas as pessoas (ALEX, 2011). Caracteriza-se pela ausência de edificação, como os destinados à circulação, representados pelas ruas e avenidas, corredores externos, rotatórias, pátios e quintais, além das áreas utilizadas para recreação, lazer e estar, como as praças e os parques. Além de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do meio urbano, atuam como espaços integradores (GOMES, 2002), favorecendo as relações coletivas, possibilitando trocas fundamentais e o convívio com as diferenças.

Dentre esses espaços, a praça merece lugar de destaque por sua importância histórica na formação das cidades. Nasceram da necessidade de espaços para as mais variadas funções, como ver e ser visto, comprar e fazer negócio, além de abrigar manifestações culturais, sociais e políticas. No Brasil, a praça está diretamente ligada à formação de sua sociedade: as primeiras cidades cresceram em torno de adros de igrejas e capelas, e eram nesses espaços que as mais diversas camadas sociais se manifestavam. (MARX, 1980).

Ao longo dos anos, porém, a expansão das cidades e as mudanças nas dinâmicas das relações sociais influenciaram na produção do espaço urbano. Os usos, apropriações e funções de espaços livres públicos foram, assim, modificando-se e adequando-se a essas transformações e às necessidades da sociedade contemporânea.

Gomes (2002) aponta para o atual cenário das dinâmicas no tecido urbano, em um contexto de urbanização recente, influenciado também pelo sistema econômico e político: predominância de aspectos como mobilidade, fluxos e funcionalidade. Tudo isso contribuiu para privilegiar a vida privada e conseqüentemente a deterioração dos espaços públicos, além de acentuar as diferenças e exclusões sociais.

No caso de espaços livres públicos em centros históricos, esse processo de degradação manifesta-se de forma mais grave. Segundo Nascimento (2004), a degradação, conseqüente tanto do relativo abandono como de usos incompatíveis, geralmente resulta na descaracterização e alteração de projetos nos espaços livres públicos dessa área, e conseqüentemente perda de sua identidade e valor histórico.

No entanto, vale ressaltar que as apropriações nem sempre implicam em inadequações ou indícios de marginalidade. Podem, na verdade, atuar como indicadores das necessidades e desejos dos usuários e auxiliar no processo de projetos de futuras intervenções.

Para Macedo (1995, p.24.), a vida útil de um determinado espaço livre urbano está “[...] diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este permite ao seu público usuário”.

A procura por espaços livres públicos pode se dar por diversos propósitos, como o relaxamento, mudanças físicas ou sociais, interação com outros indivíduos, compras, ou simplesmente passar o tempo. O usuário busca, geralmente, por espaços agradáveis, ou seja, que ofereça segurança e conforto, e de preferência com algum apelo estético e significado de pertencimento. (Carr et al, 1992; Gehl, 2013; Lynch, 2010)

Segundo Carr et al (1995 apud ALEX, 2011) o usuário tem importância fundamental no processo de projeto do espaço livre público, já que seu uso requer constantes adequações, que geralmente não são atendidas.

A escolha do tema surgiu a partir de inquietações pessoais acerca dos usos e apropriações dos espaços livres públicos na cidade de São Luís, principalmente a praça. A Praça João Lisboa e o Largo do Carmo nos remetem aos primeiros anos de ocupação da cidade de São Luís, e está localizada no coração do seu centro histórico. Tombada como patrimônio histórico e protegida pelo Governo Federal, foi cenário de importantes acontecimentos e é considerada o primeiro passeio público da cidade. Seu entorno é caracterizado por um rico acervo arquitetônico, de valor histórico, artístico e cultural, com destaque para a Igreja e Convento do Carmo. A praça está inserida ainda em uma área estratégica do centro da cidade, próxima a importantes corredores comerciais (Rua Grande e Rua de Santana), prédios institucionais e ao Teatro Artur Azevedo. (LOPES, 2008)

O objetivo deste trabalho é investigar as dinâmicas de uso e apropriação do espaço onde está inserida a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo, de acordo com variáveis como acesso, conservação, segurança, conforto, diversidade de usuários, interações sociais existentes, relação com o entorno e com a cidade, com o propósito de elaborar uma leitura do espaço que auxilie em futuras intervenções.

O valor histórico e cultural que a Praça João Lisboa representa para a cidade de São Luís, atuando como um marco na imagem da cidade foi o principal fator de escolha da

mesma como objeto de estudo. Apesar das diversas intervenções pelas quais a praça já passou, não são raras as reclamações acerca do ambiente. Soma-se a isto o fato de São Luís, cidade na posição de Patrimônio da Humanidade, estar recebendo projetos de intervenção em vários pontos do seu centro histórico, incluindo a praça investigada nesta pesquisa. No entanto, é relevante considerar que o espaço público é mutável, e este deve se adequar às necessidades da sociedade contemporânea. Portanto, é pertinente investigar os fatores que afetam no desempenho desse espaço e influenciam nos usos e apropriações do mesmo.

O trabalho está dividido em três partes: embasamento teórico, compreensão do objeto de estudo e análise dos dados. O segundo capítulo aborda os espaços livres públicos urbanos, trazendo seus conceitos, funções e importância dos mesmos para o meio urbano. Nesse contexto, foi dado destaque para a praça, apresentando sua relação com a formação das cidades brasileiras.

O terceiro capítulo é constituído pelo referencial teórico para a discussão a que se propõe esta pesquisa: uso e apropriação de espaços livres públicos. Foram destacadas as transformações ocorridas no meio urbano e nas dinâmicas das relações sociais, e como isto repercutiu nos espaços livres públicos. Buscou-se ainda identificar os fatores que influenciam no uso e apropriação destes espaços, a fim de auxiliar no processo de investigação do objeto de estudo. O capítulo seguinte aborda a metodologia seguida para o desenvolvimento desta pesquisa.

No quinto capítulo foi apresentado um breve histórico do objeto de estudo – Praça João Lisboa e Largo do Carmo – e suas transformações ao longo dos anos. Em seguida, foram explanados os dados levantados em campo, ilustrados através de fotografias, mapas e gráficos. Por fim, no sexto e último capítulo, foi feito um apanhado geral da pesquisa, e em seguida foram apresentadas as considerações finais, trazendo reflexões sobre o tema.

## 2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS URBANOS

### 2.1 Conceitos, funções e importância

Os conceitos apresentados neste capítulo têm como objetivo o embasamento teórico para melhor compreensão da problemática que envolve esta pesquisa. Não se trata, porém, de estabelecer definições rígidas.

Primeiramente, deve-se compreender a noção de espaço, a qual o geógrafo contemporâneo Milton Santos (1996) aponta como uma totalidade, isto é, abrange as instâncias econômica, social, cultural e política. O autor aborda a questão do espaço não somente como forma física, mas como o resultado de materialidade e sociedade, produto de um sistema de objetos e um sistema de ações.

Enquanto espaços livres, Miranda Magnoli (1982) os define como aqueles “livres de edificações”, ou seja, descobertos. Estes podem ser urbanos ou não, públicos ou privados: ruas, parques, praças, cursos d’água, praias, quintais, jardins, etc. De acordo com sua localização, acessibilidade ou distribuição, os espaços livres formam um complexo sistema de conexões que exercem papéis diversos: circulação urbana, ócio, conservação e manutenção da qualidade ambiental, drenagem, recreação, etc., e está sempre em processo de transformação, de acordo com as demandas e pressões da sociedade (QUEIROGA, 2011).

Neste trabalho, serão abordados os espaços livres públicos. Genericamente, espaço público é todo aquele de livre acesso e aberto, sem exceção, a todas as pessoas (ALEX, 2011). No entanto, seu conceito abrange campos multidisciplinares, sendo importante uma abordagem sob o ponto de vista jurídico e social. Essa discussão a respeito do significado de espaço público ganhou destaque no Brasil a partir dos anos 1990, com o desenvolvimento de pesquisas que relacionavam o espaço físico às relações políticas e sociais, abordando fenômenos relacionados à dicotomia do “público x privado”, contribuindo para a discussão das transformações socioespaciais no território urbano.

Para Gomes (2012), a concepção de espaço público não se limita somente à negação do privado enquanto fronteira, ou à delimitação jurídica prevista em lei. É, na verdade, resultado de uma configuração física, práticas e dinâmicas sociais, isto é, está diretamente associado ao exercício da cidadania. Configura-se como forma física em qualquer

tipo de espaço que não ofereça obstáculos de acesso ou de participação de qualquer pessoa, e está submetido às regras de civilidade.

[...] o espaço público é antes de tudo, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa (GOMES, 2012, p. 162).

Entende-se por civilidade, a capacidade de convívio com a pluralidade. Para Bauman (2001), é o espaço urbano que, antes de tudo, deve ser “civil”, para que então permita a seus habitantes o exercício da civilidade. Há, segundo o autor, vários lugares na cidade que podem ser denominados “espaços públicos”, com tipos e tamanhos diferentes. Contudo, alguns destes não são considerados espaços públicos civis: caracterizam-se por serem inacessíveis, imponentes, ou não convidativos. Enquadram-se nessa classificação, também, os templos de consumo, isto é, aqueles onde o habitante da cidade é transformado em consumidor, e o significado de espaço público se limita apenas a um lugar em que as pessoas realizam atividades similares, onde a ação é mais importante que a interação.

Como citado anteriormente, o espaço público tem como condição primordial a acessibilidade. Não se trata, porém, apenas de acessibilidade física, mas que deve ser condicionada por critérios regulamentados em lei. O espaço público é o *locus* da lei, onde as indiferenças e afinidades sociais devem se submeter às regras de civilidade.

Trata-se, portanto, essencialmente de uma área em que se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo (GOMES, 2012, p. 163).

Os espaços públicos, ao mesmo tempo em que modificam o sentido das práticas sociais, são também moldados por estas. Dessa forma, o espaço é moldado por meio de gestos, atividades desenvolvidas e comportamento, correspondendo, portanto, à imagem da cidade e de sua sociabilidade, que varia de acordo com a localização e com o tempo em que ocorrem. Portanto, para uma análise das dinâmicas sociais no espaço público, recorre-se a elementos como a própria topologia do espaço, o percurso dos usuários e os signos inscritos nesse espaço.

Os espaços públicos de uma cidade são, enfim, aqueles de domínio e apropriação pública, que possibilitam trocas sociais e dinâmicas de interação. Cenário de dinâmicas cotidianas essenciais, o espaço público pode ser um instrumento importante de coesão social e material na cidade, atuando como elemento estruturador da forma urbana.

Segundo Lynch (2010), os espaços públicos atuam como importantes formadores da imagem de uma cidade. As ações e atividades desenvolvidas pelo indivíduo no tecido urbano contribuem para a modificação de sua paisagem. Possuem valor simbólico e identitário, e podem representar marcos referenciais na paisagem urbana.

A importância dos espaços livres públicos para a vida urbana deve-se, principalmente, ao fato de que são neles e por eles que grande parte da vida cotidiana tem lugar. As ruas, que se constituem como maior elemento desta categoria de espaço disponível na cidade e por onde circulam veículos e pedestres, juntamente com praças e parques, espaços projetados para a convivência e permanência, formam a estrutura principal do sistema de espaços livres públicos em zonas urbanas.

As praças e parques atuam ainda como importantes controladores da qualidade ambiental de uma cidade: auxiliam na proteção do solo contra a erosão, promovem melhoria na drenagem de águas pluviais devido às suas áreas permeáveis, e ajudam no controle da temperatura e insolação. Como o objeto de estudo deste trabalho é uma praça, nos aprofundaremos nesta categoria de espaço livre público.

## **2.2 As Praças**

Atualmente, diversas são as definições para o termo praça. Apesar de algumas divergências, os autores concordam que esta seja um espaço público urbano destinado à convivência e lazer dos habitantes de uma cidade (MACEDO; ROBBA, 2002).

Para Queiroga (2004), a praça é ainda um espaço constituído por simbologias e carregado de memórias, índice de civilidade e qualidade de vida urbana.

No Brasil, a noção de praça está geralmente associada a áreas públicas verdes e ajardinadas. Para melhor compreensão do significado de praça no contexto urbano brasileiro, Macedo e Robba (2002, p. 17) elaboraram a seguinte definição: “Praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”.

Morfologicamente, Lamas diferencia a praça de outros elementos do tecido urbano como sendo um produto intencional, ou seja, resultado de um desenho de uma forma e

de um programa, ao contrário de largos e terreiros, que segundo o autor são “vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que, com o tempo, foram apropriados e usados.” (LAMAS, 2000, p. 102).

Se a rua, o traçado, são lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas (LAMAS, 2000, p. 102).

As praças podem assumir formas geométricas diversas e sofrer alterações em sua forma física, mas é considerado um elemento de grande permanência nas cidades. Segundo Lamas, a praça só assume papel definitivo na estrutura urbana a partir do Renascimento, quando passa a fazer parte do desenho obrigatório da cidade. Em sua definição tradicional, a praça é um conjunto formado por outros elementos morfológicos, como os edifícios e fachadas associados ao vazio, ao lugar de permanência. (Figura 1)

Figura 1 - Piazza San Marco em Veneza, caracterizada pelo conjunto formado por edifícios e fachadas associados ao vazio.



Fonte: MAIA, 2014.

No Brasil, as praças estão diretamente relacionadas com a formação de suas cidades. Segundo Murillo Marx (1980), estas surgiram com a doação de sesmarias para determinado santo, resultando da construção de uma capela ou instituição religiosa.

Até o início do século XVIII, na ausência de normas claras e detalhadas instituídas por Portugal para a constituição de núcleos urbanos na colônia, as determinações eclesiásticas por parte da igreja católica eram reconhecidas e incorporadas pelo poder civil.

Uma das determinações era que as igrejas e paróquias deveriam dispor de espaços livres ao seu redor, e mantivessem certo distanciamento das demais edificações. Formaram-se, então, os primeiros espaços livres públicos brasileiros: os adros das igrejas, que representavam o elo entre a comunidade e a paróquia, além de ponto central, concentrando em suas proximidades importantes prédios públicos, os melhores comércios e as mais ricas residências (BONDUKI, 2010). (Figura 2)

Figura 2 - Praça Tiradentes, em Ouro Preto-MG, importante espaço público de núcleo histórico brasileiro.



Fonte: [www.mondego.com.br](http://www.mondego.com.br)

O desenvolvimento dos núcleos urbanos coloniais brasileiros assemelha-se ao da cidade medieval europeia, do ponto de vista da sua estrutura morfológica, mas diverge quanto às suas funções. Enquanto na cidade medieval europeia existiam praças para a realização de diversas atividades (praça de mercado, praça religiosa ou adro de igreja, praça como centro da cidade e praça como portal da cidade), no Brasil a praça colonial abrigava diferentes funções (sacra, militar, comercial ou social) em um mesmo espaço (MACEDO; ROBBA, 2002).

Eram nas praças que as mais diversas camadas sociais se manifestavam. Inicialmente denominadas de largos<sup>1</sup>, terreiros ou rossio, era um espaço comum a ricos e pobres, onde eram realizadas festividades religiosas ou profanas, palco dos costumes e hábitos da população.

A partir da segunda metade o século XIX, o Brasil começa a passar por algumas transformações urbanas, em decorrência da próspera economia baseada na exportação de café

<sup>1</sup> Largo, na definição de Sá Carneiro e Mesquita (2000, p. 29), caracterizam-se por serem espaços complementares a algum equipamento urbano, como um mercado público, atuando como valorizadores do espaço e também destinados à realização de atividades lúdicas.

e borracha. As praças e ruas mais importantes das cidades passam a receber então um tratamento paisagístico, com a implantação de árvores e canteiros com flores. Esses espaços, que antes eram marcados pela mistura social e pelo caos, passam a receber um ordenamento inspirado nos jardins e passeios públicos europeus, com funções de contemplação e passeio, e eram utilizados principalmente pela burguesia.

As praças brasileiras, a partir do final do século XIX, passam a caracterizar-se pela forma ajardinada, morfologicamente eclética. Os ideais europeus de ordenamento, salubridade, modernização e embelezamento das cidades influenciaram diretamente no espaço urbano. (Figura 3)

Figura 3 - Parque do Anhangabaú, São Paulo-SP em 1915, com Teatro Municipal ao fundo.



Fonte: [www.caravelas.com.pt](http://www.caravelas.com.pt)

O surgimento da praça ajardinada é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, pois altera a função da praça na cidade. [...] Assim, a praça-jardim deixa de ser – como eram, no período colonial, o largo, o terreiro e o adro da igreja – o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade. A praça é agora um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 28-29).

Já a partir da segunda década do século XX, o crescimento e adensamento das cidades brasileiras frente ao modelo de produção industrial e à crescente atividade comercial, provocou uma diminuição da quantidade e qualidade dos espaços livres públicos e privados. Até meados deste século, o modelo de praça que predominava nas cidades era o ajardinado,

com função contemplativa e às vezes de lazer. Na segunda metade do século, grandes áreas de lazer urbano, como parques públicos e clubes esportivos, começam a ser implantados.

No século XX, o lazer passa a ser visto como de suma importância para os habitantes da cidade moderna. As atividades desenvolvidas nos espaços livres públicos tornam-se diversificadas, e o modelo de praça ajardinada de estilo eclético começa a ser visto pelos planejadores, projetistas e paisagistas como insuficientes para atender às necessidades e desejos da população.

Surgem então novas tendências de projeto classificadas como modernistas, que iriam romper com as formas tradicionais, a exemplo dos projetos assinados pelo paisagista brasileiro Roberto Burle Marx. Cabe ressaltar que essa mudança na forma de projetar espaços livres não mudou bruscamente. Na verdade, houve uma sobreposição de estilos, como afirmam Macedo e Robba (2002).

O lazer, agora visto como indispensável para a vida das cidades brasileiras acontecia principalmente nos espaços livres públicos. Dentro desse contexto, as praças começam a ganhar os bairros, oferecendo atividades recreativas e esportivas. A função torna-se, então, mais importante que a forma.

A partir do conteúdo exposto até aqui, entende-se que a praça, enquanto espaço livre público onde se realizam as práticas sociais, está repleta de significado e memória: agrega lembranças individuais e coletivas de seus usuários, e reflete também as transformações socioespaciais ocorridas ao longo dos anos. Portanto, deve ser entendida como patrimônio coletivo, cuja preservação e melhoria tornam-se indispensáveis para a memória de uma sociedade.

### 3 DISCUSSÃO: USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

A relação entre espaço público com o próprio meio urbano, sua morfologia e apropriações, está vinculada a um conjunto de fatores que agregam aspectos físicos (naturais e/ou construídos) - que além de representarem a função a que se destinam, correspondem à imagem de determinado lugar, cidade ou região – e aspectos socioeconômicos, inerentes à construção do espaço.

Sabendo-se que cada sociedade apresenta sua própria configuração entre vida pública e vida privada, moldada de acordo com sua realidade física, social, econômica e política, conseqüentemente as formas de uso e apropriações de espaços públicos e privados apresentar-se-ão de formas diferenciadas e sob diversos pontos de vista.

Diversos são os fatores que estão relacionados com a formação do atual quadro das dinâmicas desenvolvidas nos espaços livres públicos: o processo de urbanização recente, a situação econômica em geral, os sistemas de representação política, etc. De algum modo, estes fatores contribuíram para processos como a apropriação privada de espaços comuns, a progressão das identidades territoriais, o emuralhamento da vida social e o crescimento de ilhas utópicas (GOMES, 2002).

Desde a década de 1980 discute-se no mundo inteiro a ocorrência do declínio da vida pública e valorização da esfera privada. Diante de fenômenos como o desenvolvimento de novas formas de comunicação, a construção de shopping centers e condomínios fechados, pode-se afirmar que as dinâmicas de vida na cidade, principalmente nas metrópoles, mudaram: a necessidade dos contatos interpessoais presenciais para atividades como o trabalho e o lazer diminuiu (QUEIROGA, 2001).

Gomes (2012) concorda com Frúgoli Jr (1995) ao apontar as causas para o encolhimento do espaço público na cultura urbana contemporânea, em um cenário capitalista centrado na produção de bens de consumo e crescimento do setor terciário. Dentre estes fatores, citam a mudança dos cenários da vida social (internet, shopping centers), a apropriação privada dos espaços comuns (áreas controladas por “grupos” – traficantes, gangues, etc.) e o crescimento de enclaves na cidade (condomínios exclusivos que concentram moradia, lazer e, às vezes, trabalho).

A racionalização da vida urbana moderna – predominância de aspectos como mobilidade, fluxos, funcionalidade – contribuiu para privilegiar a vida privada e conseqüentemente a deterioração dos espaços públicos, além de acentuar as diferenças e exclusões sociais. No entanto, isto não significou o fim dos espaços públicos, mas sim um declínio na heterogeneidade dos espaços de interação social interclasses (FRUGOLI JR, 1995 apud ABRAHÃO, 2002).

A crescente apropriação privada de espaços públicos é um processo amplo e complexo, que pode se manifestar por meio de estruturas físicas fixas, assim como por meio de ocupações mais sutis e simbólicas. Como exemplo, podemos citar a presença de camelôs (Figura 4), guardadores de carro e prestadores de pequenos serviços, enquadrados no setor informal da economia e que foge ao controle do Estado, assim como a colocação de barreiras em ruas ou calçadas, a construção de muros em área de recuo ou ampliações sobre domínios *non aedificanti*.

Estes usos informais se estabelecem como uma forma de explorar determinadas atividades em uma área que, a princípio, deveria ser de livre acesso a todos. No entanto, o que ocorre na prática é uma apropriação do espaço, em detrimento do uso público que o mesmo deve oferecer. O espaço público torna-se muitas vezes alvo de especulação, onde são estabelecidos verdadeiros loteamentos controlados por pessoas que, depois de um tempo, são vistas como "proprietárias".

Figura 4 - Camelôs na Rua Grande, São Luís, caracterizam a apropriação privada do espaço público.



Fonte: MAIA, 2013.

No entanto, vale ressaltar que as apropriações nem sempre implicam em inadequações ou indícios de marginalidade. Podem, na verdade, atuar como indicadores das necessidades e desejos dos usuários e auxiliar no processo de projetos de futuras intervenções. Estas apropriações muitas vezes revelam a necessidade de reestruturação e flexibilidade do espaço.

No caso de espaços livres públicos em centros históricos, esse processo de degradação manifesta-se de forma mais grave. Para Frúgoli Jr (1995), as praças urbanas centrais de grandes cidades vêm recebendo ocupações relacionadas à sobrevivência por uma população excluída do mercado de trabalho formal. À medida que essa camada populacional se apropria da praça pública para esse tipo de uso, e também como abrigo, a exemplo dos “moradores de rua”, as outras camadas da sociedade (média e alta), desenvolvem um sentimento de aversão a esses espaços, que associada a outros fatores, contribui para a não apropriação destes.

Segundo Nascimento (2004), a degradação, conseqüente tanto do relativo abandono como de usos incompatíveis, geralmente resulta na descaracterização e alteração de projetos nos espaços livres públicos dessa área, e conseqüentemente perda de sua identidade e valor histórico.

Em conseqüência do processo de degradação e abandono, muitos espaços livres públicos de centros históricos acabam sofrendo também problemas como insegurança, desvalorização e segregação socioespacial. As intervenções, apesar do objetivo de buscar melhorar o ambiente urbano, nem sempre respeitam os valores históricos existentes, o que reflete na conservação<sup>2</sup> desses espaços (NASCIMENTO, 2004).

Conforme o que foi exposto, arrisca-se a afirmar que, em alguns casos, a praça de centros históricos acabou tornando-se hoje mais um local de passagem do que de permanência, muitas vezes por não atenderem aos anseios da vida pública como antes. O oferecimento de espaços alternativos para a realização de atividades que antes tinham lugar na praça pública contribuiu para a sua vulnerabilidade.

---

<sup>2</sup> Entende-se por conservação, toda ação que tem por objetivo resguardar e prolongar o tempo de vida de um bem cultural, considerando sua estrutura física, seus valores históricos, culturais e artísticos, integrados à dinâmica de desenvolvimento da cidade.

### 3.1 Fatores que influenciam no uso e apropriação de espaços livres públicos

As dinâmicas no espaço urbano baseiam-se nas necessidades e desejos de seus habitantes. Gehl (2013) aponta que as ações realizadas pelas pessoas na cidade são decorrentes de suas necessidades e/ou desejos, e as classifica como atividades necessárias, opcionais e sociais.

As atividades necessárias, isto é, não opcionais, são aquelas que geralmente fazem parte do dia-a-dia, como por exemplo, deslocar-se de um lugar a outro, ir à escola, ao trabalho ou ao supermercado. Essas atividades podem ocorrer em qualquer época do ano, e não dependem necessariamente da estrutura física do espaço ou de condições climáticas.

As atividades opcionais, as quais se enquadram aquelas relacionadas ao lazer e ao ócio, são realizadas em favor da vontade do indivíduo, e geralmente estão condicionadas às características externas, como o clima e a qualidade física do espaço, ou seja, dependem de fatores relativos à atratividade e qualidade do ambiente.

Já as atividades sociais dependem da presença de outras pessoas e das características físico-espaciais do espaço. As atividades sociais estão relacionadas às outras duas classificações citadas anteriormente, e geralmente é uma “consequência” das mesmas. Em sua maioria, ocorrem espontaneamente, decorrentes do movimento de pessoas em um mesmo local, como brincadeiras entre crianças, saudações e conversas, atividades em grupos, ou até mesmo contato passivo, como ver e ouvir outras pessoas, mesmo sem interagir.

As categorias opcionais e sociais, relacionadas ao lazer, ao ócio e às interações sociais na cidade, exigem qualidade espacial. O planejamento de espaços livres públicos destinados a essas atividades pode, portanto, influenciar imensamente o padrão de uso desses espaços. Geralmente, quando um lugar oferece boas condições de permanência, qualidades estéticas, atratividade e conforto, tende a ser convidativo, atraindo assim cada vez mais pessoas e favorecendo a sua apropriação (GEHL, 2013).

O que torna um espaço público atrativo? Para Lynch (2010), a qualidade de um lugar está diretamente relacionada com os processos de cognição e percepção do observador, com a imagem criada a partir de variados elementos. Tratando-se de espaços públicos, cenário das diferenças, é necessária a identificação de padrões que podem contribuir para a percepção da qualidade espacial e conseqüentemente para a sua atratividade.

Segundo Carr et al. (1995), o projeto de um espaço livre público deve levar em consideração as qualidades humanas do ambiente: necessidades, direitos, significados e conexões com esse espaço. Considerando que o uso é um grande indicador da qualidade de um espaço, partiu-se para a investigação dos fatores que tornam um espaço atrativo e, conseqüentemente, contribuem para a sua apropriação.

A partir da literatura estudada (LYNCH, GEHL, CARR et al.), foi possível identificar variáveis relativas aos aspectos físico-espaciais dos espaços livres públicos, decisivas para a percepção da atratividade e apropriação dos mesmos. Além desses fatores relacionados ao espaço, foram observadas também características relativas aos usuários, como territorialidade e estilo de vida. Tais aspectos foram levados em consideração para a análise da área de estudo – Praça João Lisboa e Largo do Carmo – e serão descritos a seguir.

### 3.1.1 Variáveis físico-espaciais

#### 3.1.1.1 Acessibilidade e Mobilidade

Segundo Carr et al. apud Alex (2011), a acessibilidade de um espaço público pode ser classificada em três categorias: acessibilidade física, referente à ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas; visual, que corresponde ao contato, à impressão do usuário com o lugar; e simbólica ou social, isto é, qualquer tipo de sinal que de alguma forma intimide o usuário, de forma que este sinta que não pertence ao ambiente em questão.

Quanto à acessibilidade física, o espaço público deve considerar também as condições de travessia das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos. A oferta de modalidades de transporte que conectam um determinado espaço público a outras partes da cidade, é também facilitadora de acesso. A proximidade com a casa ou o trabalho, por exemplo, tornam o espaço mais acessível a pé, sendo a distância um fator importante e que é levado em consideração pelo usuário. Segundo Serpa (2007), em alguns casos as possibilidades de acesso das classes populares a determinados espaços públicos estão diretamente relacionadas com a oferta e a qualidade dos transportes coletivos e à distância a ser percorrida.

A presença de barreiras espaciais ou arquitetônicas, como grades, muros e portões delimitando o espaço restringe o seu acesso, assim como a locação de mobiliário e vegetação em pontos que dificultam a passagem do pedestre.

A acessibilidade visual de um espaço, ou seja, a visibilidade a que este se apresenta ao usuário, corresponde às possibilidades de compreensão do espaço, permitida pelo layout e distribuição de elementos como mobiliário, vegetação, iluminação e características topográficas do terreno. A sinalização indicativa através de placas, mapas e painéis ilustrados pode ser um grande facilitador de acesso, principalmente para pessoas que não estão familiarizados com o local, como um turista (LYNCH, 2010).

Um espaço público é acessível visualmente quando é permeável aos olhos do usuário e este consegue identificá-lo, mesmo que fisicamente distante. A visibilidade de um espaço está relacionada consequentemente com a segurança, fator também determinante para a escolha do uso (SERPA, 2007).

#### 3.1.1.2 Diversidade de atividades oferecidas

O nível de atratividade de uma área pode ser estimulado quando se oferecem diferentes possibilidades de uso, trazendo também diversidade de usuários. Para Jacobs (2011), isso pode ser possível através do uso misto (comercial, residencial, institucional, empresarial, etc.) nas edificações próximas aos espaços públicos em que se deseja promover a atratividade de pessoas. Usuários da área em horários diferentes podem contribuir para a dinamização do ambiente e também para otimizar a infraestrutura. Gehl (2013) sugere ainda densidades razoavelmente altas, que associadas à diversidade de usos, promoveriam uma sustentação econômica e social mútua: mais pessoas utilizariam o espaço, por mais tempo, tendendo à atração de mais pessoas.

A oportunidade de ver, ouvir e encontrar outras pessoas pode ser vista como uma das mais importantes atrações da vida pública. A presença de pessoas é, portanto, um fator de atração a outras pessoas (Figura 5). Eventos programados em espaços livres públicos, como festividades, feiras semanais, e manifestações informais, como a presença de músicos, artistas, vendedores e outros personagens, atraem observadores.

Figura 5 - Praça Pioneer, Portland. Considerada pelos moradores como a “sala de estar” da cidade. Em qualquer hora do dia, em qualquer estação do ano, é possível encontrar pessoas nesse espaço.



Fonte: [www.citylab.com](http://www.citylab.com)

Experienciar a vida na cidade é também um entretenimento estimulante e divertido. As cenas mudam a cada minuto. Há muito a se ver: comportamentos, rostos, cores e sentimentos. E essas experiências estão relacionadas a um dos mais importantes temas da vida humana: as pessoas (GEHL, 2013, p. 23).

### 3.1.1.3 Aparência

O reconhecimento de um espaço está relacionado a elementos físicos (construídos ou naturais) presentes no espaço, perceptíveis a partir da visão e dos demais sentidos. Estes se associam aos aspectos simbólicos, isto é, à importância histórica, à memória daquele local formada pelo indivíduo, ou seja, sua familiaridade com o referido espaço.

A qualidade estética de um espaço público é um dos principais fatores que incentivam o seu uso, principalmente quando se trata de praças e parques. A agradabilidade de um lugar pode ser possibilitada por elementos construídos ou naturais, e como estes estão dispostos no espaço, oferecendo sensação de conforto e incentivando a permanência.

Lugares monótonos, os quais têm sua forma apreendida de forma simples e num curto espaço de tempo, geralmente entediam, enquanto lugares de maior complexidade visual, possibilitado por variados elementos (vegetação, diferenças de nível, paginação de piso, iluminação, etc.) aguçam os sentidos, provocando o interesse cognitivo (Figura 6). Quando um determinado espaço oferece diversas sensações, tende a receber mais pessoas e aumentar seu tempo de permanência (LYNCH, 2010; GEHL, 2013).

Figura 6 - Praça em Berlim. O piso com formas e cores diferentes oferece diferentes sensações, atraindo mais crianças.



Fonte: [www.landezine.com.br](http://www.landezine.com.br)

Atividades de permanência é a chave para uma cidade viva, mas também realmente agradável. As pessoas ficam se um lugar for bonito, significativo e agradável. Uma boa cidade tem muitas semelhanças com uma boa festa: os convidados ficam porque se divertem (GEHL, 2013, p. 147).

Tão importante quanto atratividade estética de um espaço, é a sua manutenção. Cuidados com a vegetação (realização de podas, corte de gramas, regas de plantas), com a limpeza (recolhimento de lixo e outras sujeiras), além da conservação de equipamentos como luminárias, placas, bancos, etc., possibilitam um visual agradável e despertam o sentimento de pertencimento por parte do usuário, e conseqüentemente diminuem os atos de vandalismo (LAY; REIS, 2002).

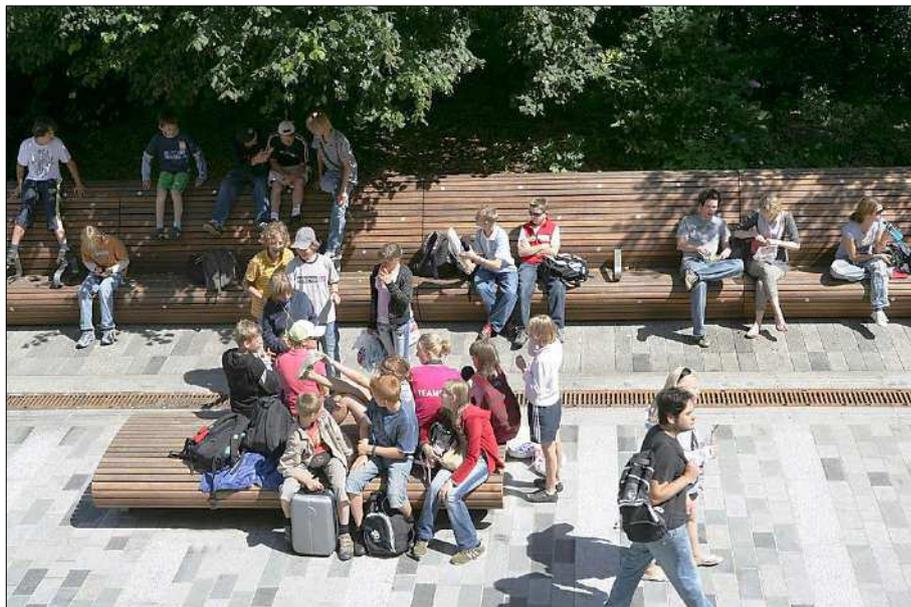
#### 3.1.1.4 Conforto e adequação ambiental

Propiciar conforto físico e psicológico é de extrema importância para o espaço público, visto que são necessidades básicas dos indivíduos. A sensação de conforto pode ser oferecida, por exemplo, pela existência de equipamentos e mobiliário adequados para realizar as atividades desejadas e presença de vegetação adequada para promover conforto térmico.

Em suas pesquisas acerca da vida nas cidades, Gehl (2013) percebeu alguns padrões de comportamento a partir da observação das pessoas em espaços livres públicos, em cidades de todas as partes do mundo. Assim, pôde identificar o que tornava alguns espaços “bons” e outros “ruins”. Como citado anteriormente, as atividades desenvolvidas na cidade podem ser necessárias/ obrigatórias, ou opcionais, sendo os espaços livres públicos da cidade o cenário para a realização de grande parte delas. Assim, um dos principais fatores que levam uma pessoa a escolher um determinado espaço para a realização de atividades opcionais, é a oferta de conforto e uma boa aparência.

William Whyte (1988) apontou para a importância de mobiliários confortáveis e em número suficiente para sentar, como um fator determinante para o tempo de permanência de indivíduos em um determinado espaço livre público. Os assentos permitem a contemplação da paisagem, o descanso, o contato com outros indivíduos ou apenas observar o fluxo (Figura 7). Devem ser considerados assentos não só os bancos formalmente locados no espaço, mas também elementos como degraus, calçadas e muretas.

Figura 7 - Rua pedestrianizada em Brighton, Inglaterra. A oferta de lugares para sentar contribui para a permanência e socialização.



Fonte: GEHL ARCHITECTS, 2007.

A presença de elementos naturais também contribui para a sensação de relaxamento, um dos motivos pelos quais uma pessoa procura um espaço livre. A vegetação, por exemplo, ameniza a temperatura, proporciona sombra e melhora a qualidade ambiental. Devem ser levados em consideração os tamanhos, as formas e a perenidade da folhagem, pois

estas características além de proporcionar sensações diferentes, também afetam na frequência e tipo de manutenção necessária.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração quanto à qualidade de um espaço público, é sua dimensão e escala que podem proporcionar experiências variadas. Espaços onde predomina a grande escala, negligenciando a escala humana, geralmente são desconfortáveis e não convidativos.

Bauman (2014, p. 123) cita o exemplo da Praça La Défense, em Paris (Figura 8), constituída por um enorme quadrilátero circundado por edifícios imponentes, cobertos completamente por vidros reflexivos e sem janelas ou portas que se abram à praça. O sociólogo a classifica como sendo “não civil”, pois acaba tornando-se inacessível e não oferece nenhum convite à permanência, não encorajam a interação.

Figura 8 - Praça La Défense, em Paris. O espaço fora da escala humana não convida à permanência.



Fonte: [www.julietinparis.com](http://www.julietinparis.com)

### 3.1.1.5 Segurança

A segurança também é um dos fatores que mais são levados em consideração quando da escolha de um espaço livre público, principalmente de lazer, como praças e parques. O sentimento de insegurança, presente cada vez mais em cidades brasileiras, está associado geralmente ao crime e ao trânsito, devido a um conjunto de elementos como a

localização do espaço público na cidade, o nível de controle do espaço, a presença de moradores de rua, e também a diversidade de usos.

Em cidades cada vez mais estratificadas, com bairros com diferenças de renda e infraestrutura, por exemplo, a disseminação de locais considerados seguros ou não geralmente é feita pelo “boca-a-boca” e pelos meios de comunicação (SERPA, 2007).

A diversidade de usos, como citado anteriormente, pode contribuir para a atratividade de um lugar. No entanto, o excesso de pessoas, isto é, uma grande quantidade de estranhos em um determinado espaço, também pode estar associado à sensação de insegurança. Espaços monofuncionais, por exemplo, os quais apresentam movimento somente em certos horários do dia, tendem a tornarem-se inseguros devido ao seu esvaziamento.

Para Jacobs (2011), um espaço livre público movimentado oferece mais segurança se comparado a um onde não há muitas pessoas. Segundo a autora, esse movimento constante pode ser garantido quando são oferecidos serviços e outros locais públicos em horários diversificados, como durante a noite.

Alguns elementos que configuram um espaço livre público podem também influenciar para a sensação de insegurança, como vegetação densa, iluminação insuficiente e paredes cegas de edifícios do entorno. Tais elementos, isolados ou associados, criam cenários favoráveis à ocorrência de assaltos, por exemplo, além de atrapalhar a visibilidade do espaço pelos usuários.

Pode-se citar o policiamento como uma das formas de controle de espaços livres públicos. Entretanto, sabe-se que a ordem pública é mantida também por um conjunto de fatores, padrões de comportamento em meio aos indivíduos e aplicados por eles quando necessário.

A segurança pode estar também relacionada ao tráfego de veículos. Áreas com fluxo intenso de veículos e sem controle de velocidade, além de provocar perigo nas ruas, podem trazer consigo o isolamento de pessoas, grandes áreas destinadas a estacionamento, perda de valor estético do ambiente, barulho e poluição. Ruas com controle de velocidade pode ser uma boa solução, pois além de contribuir para a segurança do pedestre, força o motorista a observar e interagir com o entorno, integrando-o ao que acontece ao seu redor (GEHL, 2013).

### 3.1.2 Variáveis relacionadas às características dos usuários

#### 3.1.2.1 Territorialidade e privacidade

A noção de territorialidade nasce da necessidade de determinar uma delimitação espacial, baseada em práticas sociais e características físicas e específicas dos indivíduos. Essa territorialidade em espaços livres públicos, por exemplo, pode ser percebida através da observação de comportamentos, guiados por regras e propósitos sociais, além de aspectos físicos do ambiente, intrinsecamente relacionados ao comportamento dos usuários (HALL apud GEHL, 2013).

Segundo Hall (2005), ao analisar o comportamento humano no espaço, deve-se levar em consideração que cada indivíduo apresenta diferentes tipos de personalidades, em resposta diante de situações íntimas, pessoais, sociais e públicas. Em suas pesquisas, o autor identificou quatro níveis de comunicação diferentes, que se manifestavam nas distâncias entre os indivíduos envolvidos: distância íntima, distância pessoal, distância social e distância pública.

Essa classificação, baseada nos sentidos utilizados e nos propósitos da comunicação, podem auxiliar as pessoas a iniciar, desenvolver, controlar e terminar relações com pessoas conhecidas ou não, demonstrando quando se deseja ou não ter contato. Num espaço livre público, onde há a co-presença de estranhos, tais regras de comunicação são importantes a partir do momento em que guiam seu comportamento (GEHL, 2013).

O comportamento de pessoas em um espaço público é guiado por uma série de fatores: características individuais (personalidade, estado de espírito, gênero, idade, etc), normas sociais e regras culturais, associados a diferentes contextos ambientais e físicos.

Segundo Serpa (2007), o que ocorre no espaço público é uma justaposição de espaços privatizados, divididos entre grupos de usuários, mas nem sempre compartilhados. Ocorre, então, a apropriação do espaço, que muitas vezes gera barreiras simbólicas ou não, e que se constituem em barreiras de acessibilidade ao espaço.

### 3.1.2.2 Estilos de vida

Entende-se por estilo de vida, a forma como cada indivíduo manifesta-se em um sistema maior de relações simbólicas. É constituído por variáveis relacionadas a escolhas, que podem se expressar através de signos como vestimentas, linguagem, consumo, preferências estéticas, artísticas ou religiosas, posturas e atitudes, ou ainda por variáveis condicionadas, como renda, escolaridade e faixa etária. Tais variáveis influenciam na forma de utilização de espaços públicos e, portanto, merecem ser observadas (SILVA, 2009).

Sabe-se que o espaço urbano é ocupado de formas diferentes em função das classes de renda em que se divide a sociedade. Da mesma forma ocorre nos espaços livres públicos. Essas diferenças constituem-se, além do salário, nas formas qualitativas de uso, habitação, consumo, atividade para o lazer e até mesmo tempo livre.

Em consequência, percebe-se que as classes com rendas maiores (média e alta), desfrutam de maior mobilidade e opções de escolha. Já as classes economicamente desfavorecidas, geralmente recorrem aos espaços livres públicos para realizar atividades de lazer ou interações sociais, pois além de não disporem de muitas opções, muitas vezes a falta de conforto dentro de casa também contribui para a utilização desses espaços (BASSO, 2001).

A faixa etária de um indivíduo também influencia diretamente na forma de apropriação do espaço, pois diferentes idades requerem diferentes necessidades, desejos e limitações. Aponta-se também para a quantidade de tempo livre disponível, principalmente para atividades de lazer.

Crianças, por exemplo, necessitam de espaço para desenvolver atividades cognitivas e lúdicas. Praças com parquinhos, por exemplo, desempenham importante papel nessa fase, e também contribuem para o contato e interação com outras crianças. Já os adolescentes costumam reunir-se em ruas, praças e parques para encontros e atividades esportivas, mas ao contrário dos adultos, ainda não dispõem de renda, o que limita um pouco suas opções de lazer.

O adulto constitui a faixa etária que dispõe de mais opções, visto que possui maior independência social e financeira. No entanto, possui menos tempo disponível. Escolhem os espaços livres geralmente para atividades passivas, caminhadas ou para levar os filhos. Os idosos, ao contrário, possuem mais tempo livre, mas nem sempre condições para utilizar

espaços livres, devido a limitações de locomoção, de saúde ou até econômica. Geralmente ocupam os espaços livres nas primeiras horas da manhã e à tarde, para aproveitar o sol e menos competição de espaço com crianças, adolescentes e adultos. Necessitam também que os locais ofereçam segurança e conforto.

Desta forma, entende-se que variáveis relacionadas ao estilo de vida podem influenciar o comportamento ambiental dos indivíduos em um espaço público, e como se dá a sua apropriação. Pode-se, assim, identificar perfis a partir de características socioeconômicas, de faixa etária e de hábitos de lazer ou interação social que se manifestam nos espaços livres públicos.

Figuras 9a e 9b - Diferentes grupos na Praça Roosevelt, formados de acordo com idades e interesses distintos.



Fonte: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)

O conteúdo exposto até aqui apresentou as problemáticas quanto ao uso e apropriação de espaços livres públicos enfrentados por grandes cidades, produto de uma associação de fatores físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Diante das mudanças e transformações ocorridas nas formas de usar os espaços livres públicos, e do atual quadro das dinâmicas sociais, foram explanados possíveis causas para este fenômeno.

Perante a conclusão de que está ocorrendo um declínio dos espaços livres públicos na vida contemporânea, e sabendo-se da importância que os mesmos têm para a cidade, buscou-se investigar quais os fatores que os tornam atraente.

Baseado na bibliografia estudada, na qual se pode citar como principais referências autores como Gehl (2013), Lynch (2010), Lay e Reis (2002), Serpa (2007), Silva (2009) e Jacobs (2011), foram elencadas algumas variáveis que podem influenciar no uso e apropriação desses espaços, classificadas de acordo com atributos físico-espaciais ou

relacionados aos usuários. Essas variáveis nortearão a pesquisa a que se propõe este trabalho: usos e apropriações do espaço onde está inserida a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo.

## 4 METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa dividiu-se em três etapas. A primeira se consistiu na composição do referencial teórico, a partir de pesquisa bibliográfica, objetivando a compreensão dos conceitos que abrangem os espaços livres públicos e, particularmente, a praça, além de compor um quadro teórico da problemática investigada nesta pesquisa: uso e apropriação de espaços livres públicos.

A segunda fase consistiu na compreensão do objeto de estudo – Praça João Lisboa e Largo do Carmo. Buscou-se inicialmente levantar um breve histórico do espaço, e em seguida foi feita a investigação de suas dinâmicas de uso e apropriação do espaço e análise dos fatores que as influenciam. Para isto, foi feita uma pesquisa de campo através da observação direta, aplicação de formulários (no total foram aplicados 50 questionários) com pesquisa de opinião, conversas informais e levantamento fotográfico.

Tratou-se de uma abordagem qualitativa, que visou produzir informações ilustrativas, portanto não métricas. Foram investigadas variáveis físico-espaciais, como acessibilidade, aparência, segurança, conforto e adequação ambiental, e variáveis relativas aos usuários, como faixa etária, sexo, frequência de uso e atividade realizada.

Nesta fase, também foi empregada a metodologia de mapeamento comportamental, instrumento utilizado por pesquisas na área da psicologia ambiental e do desenho urbano para registro de informações relacionadas com o uso e a apropriação do ambiente pelos usuários. Este mapa contém aspectos físicos, arquitetônicos e ambientais que possam afetar o comportamento dos usuários, registrados a partir de símbolos e diagramas previamente definidos. (RHEINGANTZ et al., 2009)

A terceira fase da pesquisa compreendeu a análise dos dados levantados, baseados em informações fornecidas pelos usuários e em observações diretas realizadas pela pesquisadora. Foram identificados os conflitos e potencialidades do local, e por fim apresentada uma discussão teórica acerca do tema.

## 5 A PRAÇA JOÃO LISBOA E LARGO DO CARMO: COMPREENSÃO DO ESPAÇO

### 5.1 Um breve histórico

O conjunto paisagístico da Praça João Lisboa e Largo do Carmo, objeto de investigação desta pesquisa, localiza-se no coração do centro histórico de São Luís, entre as ruas do Sol, Rua Grande e Rua do Egito, e está incluído na lista de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) desde 23 de dezembro de 1955, juntamente com o casario que o circunda (Figura 10). É reconhecido também pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade desde 1997.

Figura 10 – Localização da Praça João Lisboa e Largo do Carmo no Centro Histórico de São Luís.



Fonte: IPHAN, 2005 com edições da autora, 2015.

Inicialmente denominado somente de Largo do Carmo, tem sua origem ligada ao Convento e Igreja do Carmo, datada de 1627. Alguns anos mais tarde, em 1643, foi cenário para disputas entre portugueses e holandeses, sendo os primeiros vitoriosos. O Largo recebeu, ainda, um dos primeiros mercados de São Luís (VIEIRA FILHO, 1971, p. 107).

Até o final do século XIX, existia no local, mais precisamente em frente à Igreja do Carmo, um pelourinho (figura 11), que dava à praça função cívica, além de religiosa, pois era utilizada para castigo público de negros.

Figura 11 - Vista do Pelourinho que existia na Praça João Lisboa



Fonte: ABRANCHES apud NASCIMENTO, 2004.

Até então, o espaço não havia passado por grandes mudanças, apenas por uma terraplenagem em 1866, com abertura de ruas longitudinais e transversais, e também a plantação de novas mangueiras, em substituição às que estavam comprometidas (NASCIMENTO, 2004).

Somente em 28 de julho de 1901 recebe a denominação de Praça João Lisboa, por um decreto municipal, em uma homenagem ao escritor e jornalista maranhense João Francisco Lisboa, figura ilustre que residiu durante anos em um casarão circundante ao Largo do Carmo (LOPES, 2008).



Figura 13 - Chafariz no segundo jardim da Praça João Lisboa



Fonte: Album do Maranhão, 1908.

Figura 14 - Trecho da Praça João Lisboa em frente à Igreja do Carmo. As árvores ofereciam espaços agradáveis aos usuários.



Fonte: Album do Maranhão, 1908.

Em 1918, foi inaugurada a estátua em homenagem a João Lisboa, inicialmente implantada no segundo jardim, defronte à Igreja do Carmo, tendo como base um pedestal de aproximadamente quatro metros de altura, na época bastante criticado. Somente duas décadas depois a estátua foi transferida para o local onde se encontra atualmente, no centro do primeiro jardim de forma quadrangular.

Na década seguinte, as transformações ocorridas na praça foram basicamente retiradas de vegetação. Com a justificativa de facilitar o tráfego de veículos na área, o então prefeito Antonio Bayma ordenou que algumas árvores fossem cortadas, mas na época acreditava-se que o intuito era de tornar o ambiente desconfortável e assim desestimular as reuniões de intelectuais, estudiosos e membros da comunidade, que de certa forma incomodavam políticos e governantes locais (NASCIMENTO, 2004).

Foi na década de 19(40) que teve início a maior reforma nesta área: o seu traçado foi totalmente modificado e o piso trabalhado em pedras portuguesas brancas e pretas. Sua vegetação foi renovada, e seu mobiliário resumia-se somente a luminárias. No segundo jardim foi implantado um relógio e a vegetação era arbustiva de pequeno porte, e o terceiro jardim resumia-se a um canteiro gramado com um pequeno arbusto no centro.

Essa reforma caracterizou-se pela retirada considerável de árvores e bancos, criando um espaço com predominância de piso seco e que valorizada o casario do entorno. O ambiente passou então a não ser convidativo à permanência de pessoas, e portanto não incentivava o convívio social. Constata-se que, de certa forma, foi uma estratégia por parte da municipalidade de criar um espaço que materializasse a classe política da cidade (NASCIMENTO, 2004).

Outra grande transformação da qual o referido espaço sofreu influência, foi a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, em 1942, durante o governo do interventor federal Paulo Martins de Sousa Ramos (1936-1945). Na ocasião, várias edificações que emolduravam a praça foram demolidas. Esta intervenção, orientada por interesses políticos, econômicos e sociais, desconsiderou o valor histórico e cultural do conjunto arquitetônico e paisagístico da área. Ainda neste mesmo ano, a praça recebeu oito bancos em cimento armado trabalhado.

Em 1952, foi construído um conjunto de lanchonetes no local onde se localizava o terceiro jardim, e estas permanecem até hoje. Essa construção, apesar de ser alvo de críticas por descaracterizar a paisagem do entorno, já se apresenta como uma referência da Praça João Lisboa, além de representar um momento de modernização pelo qual a cidade passou.

Foi na década de 19(50) que também foi instalado um abrigo para ponto de espera de bondes, provenientes da Rua da Paz (Figura 15). Localizado em um trecho entre o segundo e terceiro jardim, este mobiliário foi demolido ao final da década de 19(60), quando os bondes saíram de circulação (NASCIMENTO, 2004).

Figura 15 – Abrigo do bonde na Praça João Lisboa, década de 1950.

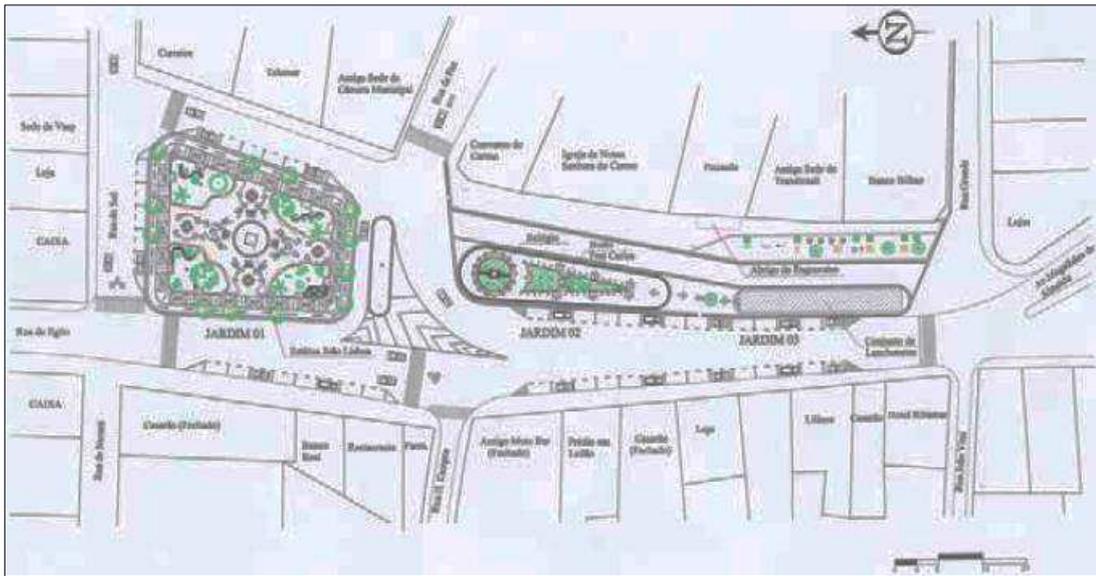


Fonte: CEPIMAR.

Trinta anos após a instalação das lanchonetes, o poder municipal autorizou a integração do segundo com o terceiro jardim, eliminando a circulação de veículos nesse trecho e consequentemente proporcionando mais segurança aos pedestres. Mas foi em 1989, sob a ordem do Ministério Público, que a morfologia desse espaço tomou a forma que tem atualmente: a rua entre o segundo e terceiro jardim e a Igreja do Carmo foi totalmente pavimentado e destinado somente ao fluxo de pedestres.

Tal medida foi tomada em decorrência da proibição da circulação de ônibus nesta área, a fim de proteger a integridade das edificações do entorno. Esse novo trecho, pavimentado e destinado somente aos pedestres, foi equipado com bancos de madeira e jardineiras, e sua paginação de piso foi feita conservando o contorno do traçado anterior, percebendo-se assim a área que foi acrescida e nivelada (Figura 16).

Figura 16 - Planta baixa da praça João Lisboa e Largo do Carmo em 1990 reconstituída a partir de fotografias.



Fonte: NASCIMENTO, 2004.

Em 2001, a Praça recebeu uma intervenção com um projeto paisagístico, na qual foram escolhidas espécies vegetais que harmonizassem com as existentes, trabalhadas em uma composição de desenhos. No entanto, o trecho onde se localizavam as lanchonetes, não recebeu o mesmo tratamento, sendo alvo de críticas pela população.

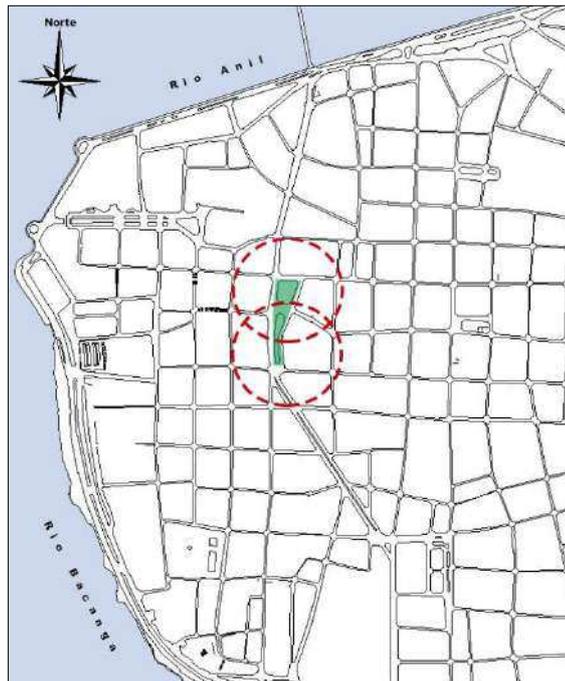
## 5.2 O espaço hoje: conflitos e potencialidades

A partir de observações feitas durante as visitas de campo, visando montar um quadro geral do espaço e suas dinâmicas, foi possível apontar algumas questões, que serão explanadas neste tópico. Como citado anteriormente, os dados colhidos e as análises feitas tiveram como base as variáveis citadas no capítulo 3 deste trabalho: acessibilidade e mobilidade, diversidade de atividades oferecidas, aparência, conforto e adequação ambiental, segurança, e também características relativas aos usuários.

As visitas de campo foram realizadas ao longo de duas semanas, alternadas em turnos matutino, vespertino e noturno. Por questões de segurança pessoal, as visitas com percursos a pé foram feitas somente durante o período matutino e vespertino, e durante a noite apenas circulação com veículo.

Durante as primeiras visitas, foi possível conversar informalmente com alguns usuários, observar o espaço e perceber suas principais características, além da realização de levantamento fotográfico. Em seguida, foram aplicados os formulários numa área correspondente a um raio de 100 metros do centro da Praça João Lisboa e do Largo do Carmo. (Figura 17)

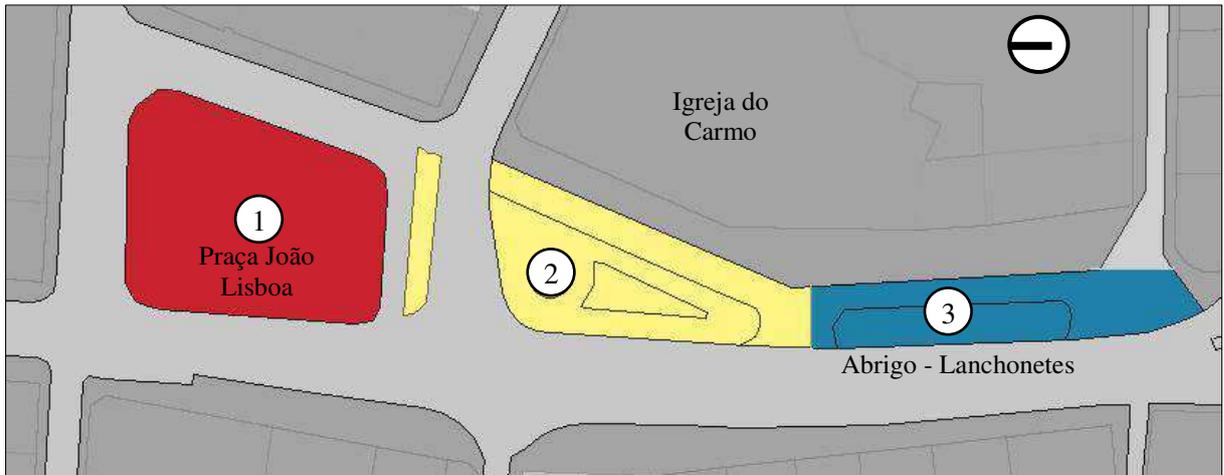
Figura 17 - Raio de aplicação dos formulários.



Fonte: IPHAN, 2005, com edições da autora, 2015.

Apesar de ser um espaço reconhecido como uma unidade, a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo apresentam diferentes dinâmicas de uso e apropriação. Portanto, para facilitar a compreensão e a leitura do espaço, optou-se por dividi-lo em três trechos de análise, de acordo com suas características predominantes: Trecho 1 – Praça João Lisboa; Trecho 2 – Largo da Igreja do Carmo; Trecho 3 – Abrigos do Carmo (lanchonetes) (Figura 18). Ressalta-se, entretanto, que os formulários foram aplicados nos três trechos sem distinção.

Figura 18 - Divisão dos trechos.



Fonte: MAIA, 2015.

### 5.2.1 Trecho 1: Praça João Lisboa

A Praça João Lisboa caracteriza-se por ser uma zona de permanência e encontro. Bastante arborizada, oferece sombreamento durante praticamente todo o dia, além de proporcionar um clima agradável e convidativo (Figuras 19 e 20). A Praça, de aspecto aprazível, passou por manutenção recente e apresenta bom estado de conservação. Seu piso em pedras portuguesas brancas e pretas foi recuperado e ainda conserva o antigo mosaico.

Figura 19 - Praça João Lisboa.



Fonte: CUNHA, 2015.

Quanto ao seu mobiliário, os bancos, com versão mais antiga em cimento e os demais em madeira e ferro, estão distribuídos ao longo do espaço e estão quase sempre ocupados por pessoas que estão aguardando alguém ou apenas passando o tempo. Suas luminárias, assim como em outras partes do centro histórico, criam um cenário nostálgico. No entanto, de certa forma cria também pontos de escuridão, favorecendo a sensação de insegurança.

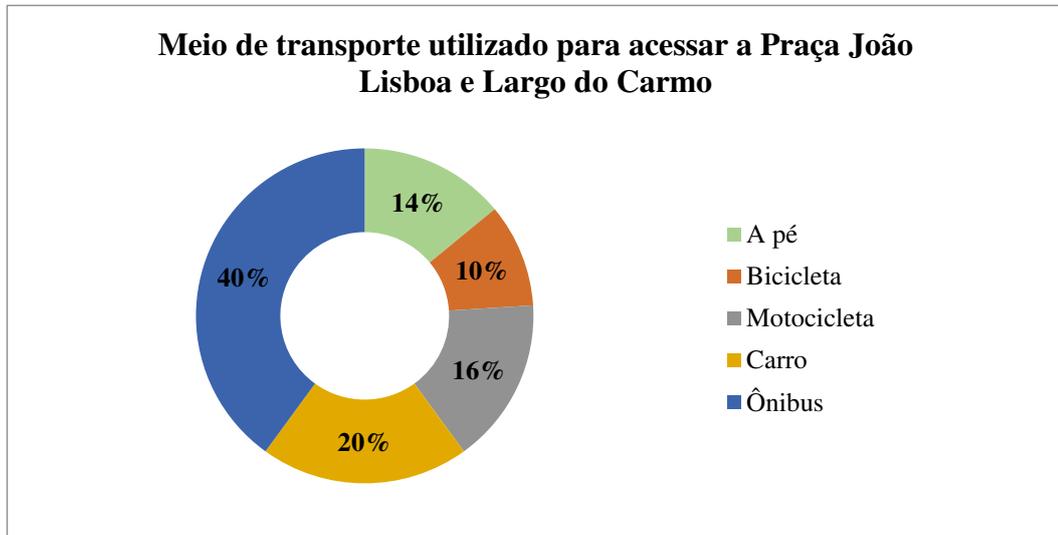
Figura 20 - Pessoas sentadas à sombra da Praça João Lisboa.



Fonte: MAIA, 2015.

Quanto à acessibilidade e mobilidade, o usuário que depende de transporte público (o ônibus é o modo mais utilizado – ver gráfico 1) tem como ponto mais próximo a Praça Deodoro, localizada a 900 metros, sendo que o ideal é uma distância máxima de 500m. Há na praça um ponto de táxi, que supre a demanda do entorno, e um ponto para parada de transporte turístico. Visualmente, esse trecho é de fácil reconhecimento e não oferece barreiras. Seu traçado permite que o fluxo distribua-se por toda a extensão da praça.

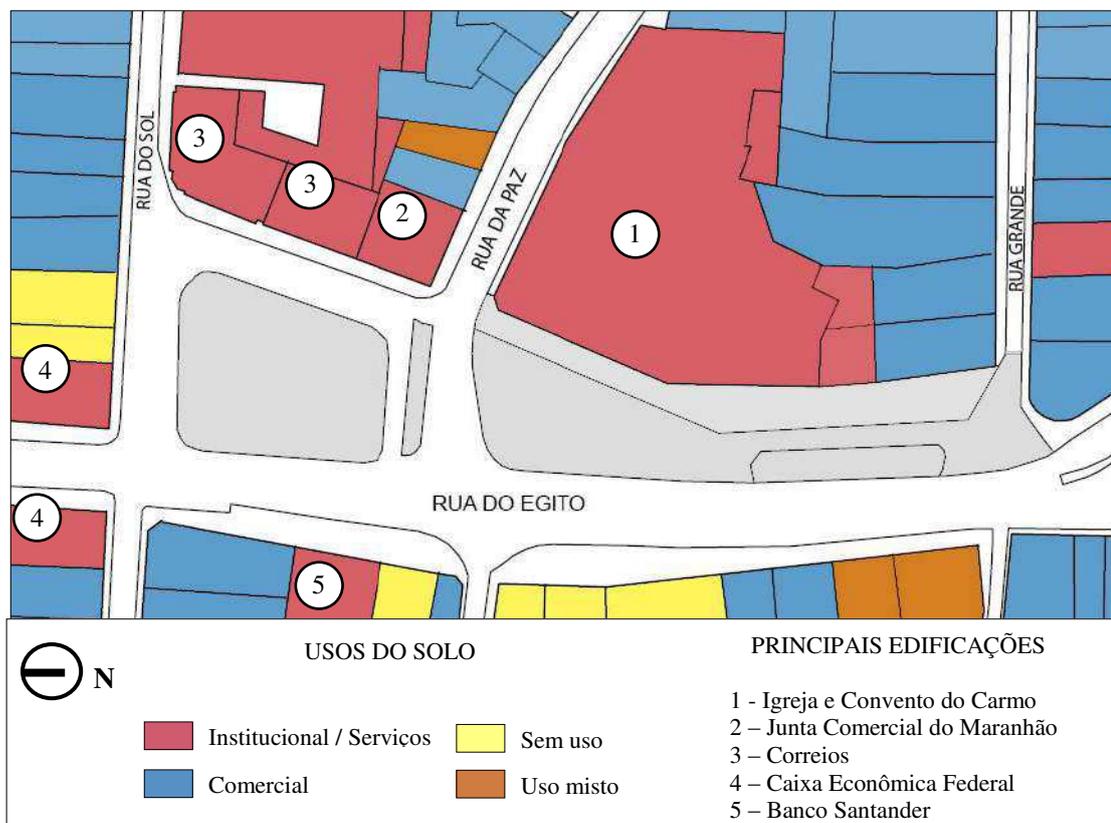
Gráfico 1 - Meio de transporte utilizado para acessar a Praça João Lisboa e Largo do Carmo



Fonte: MAIA, 2015.

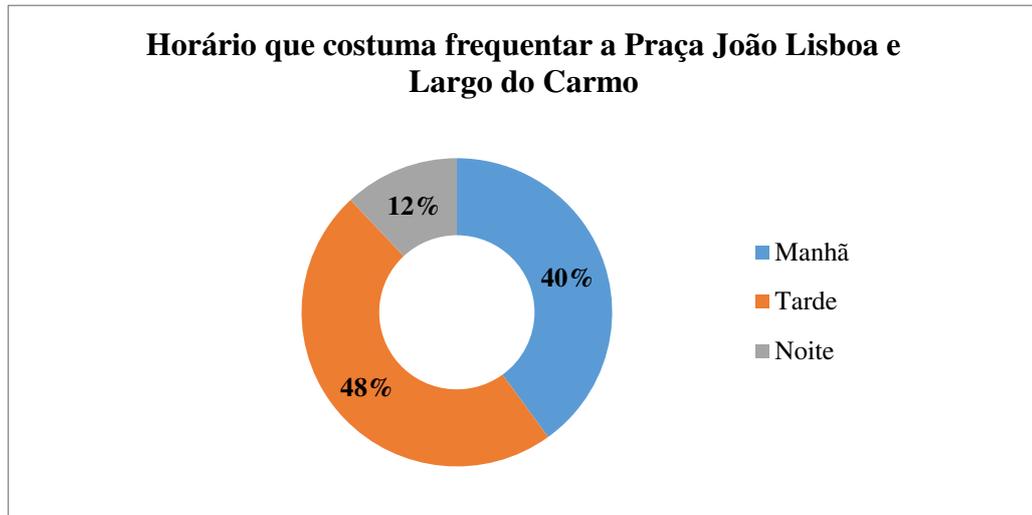
Os usos das edificações próximas à Praça e ao Largo limitam-se ao comércio, serviços e instituições (Figura 21). Apesar de atrair pessoas durante a parte do dia para esta área, após as 19:00 (dezenove) horas o movimento decresce consideravelmente (Gráfico 2).

Figura 21 - Mapa de uso e ocupação das edificações do entorno.



Fonte: MAIA, 2015.

Gráfico 2 - Horário que costuma frequentar a Praça João Lisboa e Largo do Carmo



Fonte: MAIA, 2015.

A importância simbólica da praça para a cidade é indiscutível, proporcionada pela riqueza arquitetônica do seu entorno, por sua vegetação frondosa e pelos mosaicos do seu piso. Ainda é possível encontrar duas cadeiras de engraxate no local, que foram instaladas desde a década de 19(70) e hoje estão presentes no imaginário da população como uma referência da praça.

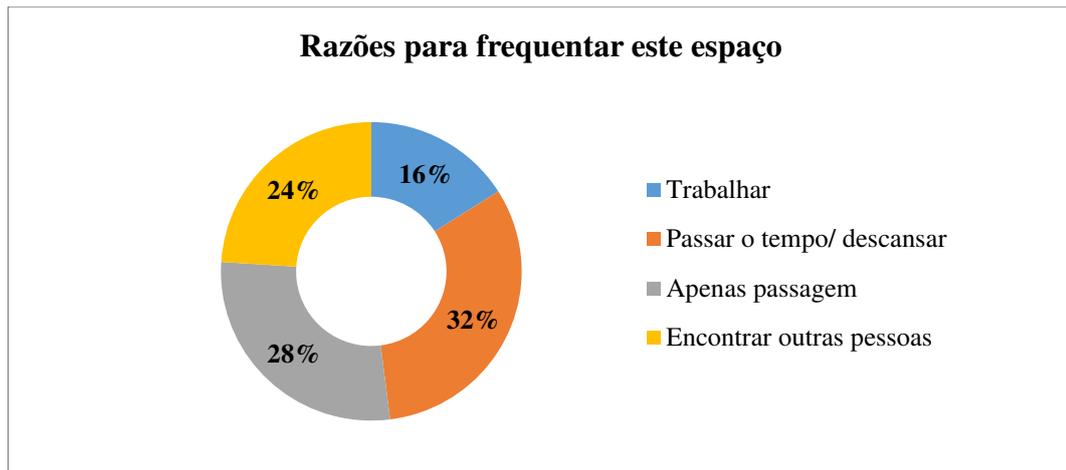
Figura 22 - Ponto de taxi e cadeira de engraxate na Praça João Lisboa



Fonte: MAIA, 2015.

Quanto aos usuários da Praça João Lisboa, registrou-se que a maioria eram adultos e idosos, que trabalham em locais próximos ou que necessitavam de algum serviço ou comércio dos arredores. A Praça é vista, portanto, como um espaço propício ao encontro e à permanência, um local para a pausa e contemplação (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Razões para frequentar a Praça João Lisboa e Largo do Carmo.



Fonte: MAIA, 2015.

Entretanto, alguns usuários mais antigos deste espaço, referem-se saudosos à Praça como o “coração do centro histórico”, um local que estava sempre em movimento e onde era possível encontrar pessoas em qualquer horário do dia. Hoje, queixam-se do esvaziamento e da insegurança.

### 5.2.2 Trecho 2: Largo do Carmo (Pátio da Igreja)

Este trecho, delimitado pelo pátio logo à frente da Igreja do Carmo, é caracterizado pela passagem de pessoas. Desde 1989, quando houve uma determinação do Ministério Público e após a proibição da circulação de ônibus pelo local, a rua que existia entre o canteiro e a Igreja foi pavimentada e destinada somente aos pedestres, e este trecho foi unido ao dos abrigos do Carmo (lanchonetes).

Figura 23 - Largo do Carmo. À direita, Igreja do Carmo.



Fonte: MAIA, 2015.

Apesar da continuidade de pavimentação, percebeu-se que as atividades deste trecho com o dos abrigos são diferentes. O Largo do Carmo funciona como uma transição, uma passagem segura dos veículos que transitam na avenida. O pequeno canteiro entre a Praça João Lisboa e o Pátio da Igreja, onde antigamente localizava-se o ponto de bondes, também está incluído neste trecho, caracterizado pela passagem de pedestres, além de funcionar como ponto para estacionamento de veículos (Figura 24).

Figura 24 - Canteiro entre o trecho 1 e 2.



Fonte: MAIA, 2015.

A acessibilidade deste trecho é prejudicada pelo deslocamento das pedras portuguesas que compõem a pavimentação. Outro risco aos pedestres é a exposição de caixas de visita, que se encontram sem proteção (Figura 25).

Figura 25 - Piso de pedras portuguesas danificado, comprometendo a acessibilidade dos pedestres.



Fonte: MAIA, 2015.

Apesar da beleza do conjunto arquitetônico que se harmoniza com a árvore frondosa e o relógio presente em um dos canteiros, constatou-se que a permanência de pessoas neste trecho é menor.

Os bancos seguem o mesmo padrão dos existentes na Praça João Lisboa. No entanto, recebem incidência solar durante grande parte do dia, principalmente os que estão implantados ao redor do canteiro do relógio, desfavorecendo a permanência. As raízes da árvore de grande porte implantada no canteiro de forma triangular estão danificando sua estrutura e também a estátua em homenagem a um frei da missão capuchinha no Maranhão (Figura 22b). Este canteiro apresenta ainda aspecto sujo, onde foram encontrados restos de alimento e lixo. O relógio não funciona há anos, e também é alvo de vandalismo.

A fonte que pertence à igreja, protegida por um gradil, é praticamente esquecida por quem passa pelo trecho, e apresenta considerável volume de lixo acumulado, o que caracteriza abandono e descuido para com o patrimônio. Este é um problema que também atinge as luminárias, geralmente quebradas não só nesta área, mas também em outras partes do centro histórico (Figura 22a).

Figura 26a - Fonte da Igreja.



Fonte: MAIA, 2015.

Figura 26b – Canteiro danificado pelas raízes.



Fonte: MAIA, 2015.

### 5.2.3 Trecho 3: Abrigos do Carmo (Lanchonetes)

Figura 27 - Trecho do abrigo do Carmo (lanchonetes)



Fonte: MAIA, 2015.

Este é o trecho mais crítico do conjunto, não só pela variedade de atividades desenvolvidas, mas também pelas problemáticas apresentadas. Caracteriza-se por ser de passagem e de permanência, e recebe fluxo de pessoas durante toda a manhã e tarde.

É nele que se localiza o abrigo do Carmo, com lanchonetes implantadas desde a década de 1950, para a comercialização de lanches, caldo de cana e água de coco. Atualmente, são comercializadas também refeições como almoço, petiscos e bebidas alcoólicas, o que caracteriza o uso incompatível com a estrutura oferecida (Figura 28).

Figura 28 - Abrigo do Carmo. Grupos de usuários consumindo bebidas alcoólicas e utilizando churrasqueira.



Fonte: MAIA, 2015.

Como consequência do uso inadequado, e também da falta de manutenção, há comprometimento da infraestrutura, como o transbordamento e exposição de caixas de esgoto, provocando odores desagradáveis e prejudicando a higiene que o local necessita. Como solução alternativa, os proprietários das lanchonetes colocaram pallets de madeira. O piso também se encontra danificado em diversos trechos, comprometendo a acessibilidade (Figuras 29a e 29b).

Figura 29a e 29b - Caixas de passagem expostas.



Fonte: MAIA, 2015

Ainda neste abrigo, existem quatro unidades de banheiros. No entanto, seu uso é controlado pelos proprietários das lanchonetes por meio de cadeados.

O acúmulo de lixo também compromete a higiene do local. O volume produzido pelas lanchonetes e até mesmo pelos comércios das proximidades geralmente é depositado em sacolas plásticas e posicionado próximo das lixeiras comuns, ficando exposto. Não há separação e nem a logística de recolhimento necessária (Figura 30).

Figura 30 - Lixo exposto próximo ao abrigo do Carmo.



Fonte: MAIA, 2015.

Há neste trecho quatro bancas de revista, relocadas da calçada do lado oposto ao abrigo desde o início deste ano, numa tentativa do poder municipal de reordenamento dos passeios públicos do centro de São Luís. Das onze bancas, apenas quatro foram relocadas, já que as demais comercializavam lanches ou serviam como depósitos ilegais para mercadorias de ambulantes e também como banheiros. Com a retirada desses mobiliários, que ocupavam a calçada há décadas, o casario ganhou visibilidade e favoreceu os comércios, que antes ficavam “escondidos” (Figura 31).

“Segundo o superintendente de Fiscalização da Blitz Urbana, Márcio Aragão, todas as barracas retiradas do espaço funcionavam com outra finalidade que não a de utilidade pública e operavam sem a permissão da Prefeitura. Ele informa que apenas quatro bancas de revistas que funcionam regularmente na área atingida pela reforma serão realocadas para trás do abrigo do Largo do Carmo até o término da obra.” (JORNAL PEQUENO, 2015).

Figura 31 - Bancas de revista sendo retiradas do passeio público.



Fonte: Jornal Pequeno, 2015.

Ainda neste trecho, entre a Igreja do Carmo e as lanchonetes, existe um abrigo que fora construído na intervenção de 1989 para locação de cinco cadeiras de engraxate, que resistem até hoje. Esta pequena cobertura em telhas cerâmicas serve também como abrigo para “moradores” de rua (Figura 32). Há de certa forma um conflito entre esse e outros grupos. Alguns proprietários das lanchonetes e das bancas de revista, por exemplo, se

queixam que aqueles afastam a clientela, pois provocam os transeuntes e algumas vezes até brigam entre si.

Assim como em outros pontos do centro, o comércio informal está presente neste trecho, ao final da Rua Grande e próximo ao abrigo dos engraxates (Figura 32). Alguns ocupam a área há mais de 20 anos, apropriando-se e gerando especulação do espaço público.

Figura 32 - Abrigo para engraxates próximo à Igreja do Carmo, e lanchonetes ao fundo. O comércio informal também está presente neste trecho.

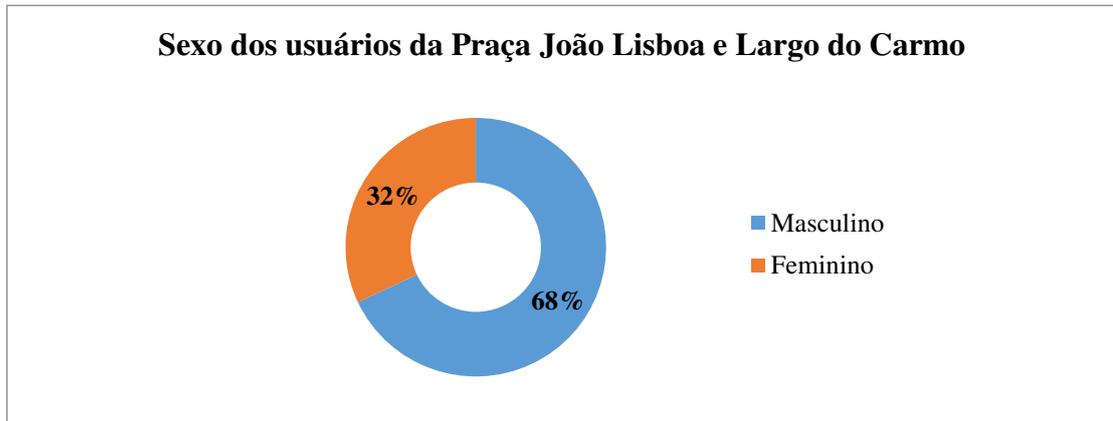


Fonte: MAIA, 2015.

Um dos problemas relatados por pessoas entrevistadas que costumam frequentar o Largo do Carmo é a comercialização de drogas. Além disso, é possível encontrar, mesmo durante a manhã ou tarde, pequenos grupos de bêbados que circulam pela área e causam desconforto a outros usuários do espaço.

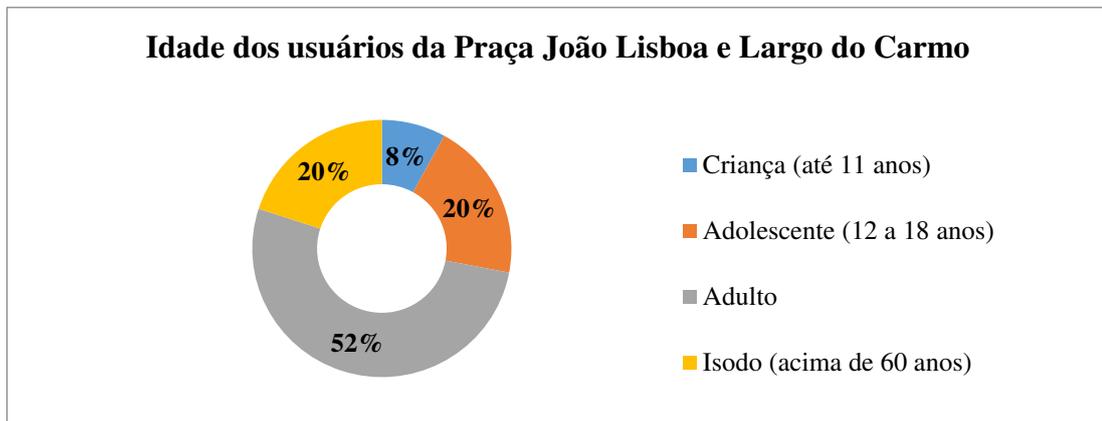
Foi registrado ainda que a maioria dos frequentadores deste trecho é adulto do sexo masculino (Gráficos 4 e 5). Tal fato comprova que há certa restrição de uso do local, ou seja, há uma barreira simbólica de acessibilidade, provocada principalmente pelo sentimento de insegurança.

Gráfico 4 - Sexo dos usuários da Praça João Lisboa e Largo do Carmo



Fonte: MAIA, 2015.

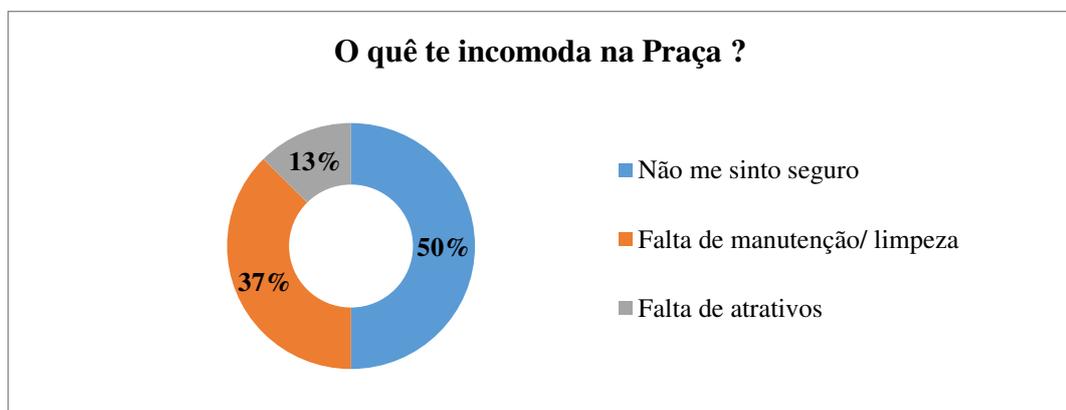
Gráfico 5 - Idade dos usuários da Praça João Lisboa e Largo do Carmo



Fonte: MAIA, 2015.

Os usuários, em geral, se sentem inseguros (ver gráfico 3), e os proprietários das lanchonetes inclusive contrataram serviço de segurança particular durante a noite, período em que o espaço se esvazia e se torna mais propício ao crime.

Gráfico 6 - Principais fatores que incomodam os usuários.



Fonte: MAIA, 2015.

Apesar das suas problemáticas, o trecho oferece sombra durante todo o dia, proporcionada pelos jambeiros que foram implantados em 2002. Dos três trechos analisados, é o que apresenta maior movimento e atrai mais pessoas, seja para consumo de lanche, comprar algo nas bancas, sentar e observar em um dos bancos, ou para encontrar outras pessoas.

## 6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa tratou das dinâmicas de uso e apropriação de espaços livres públicos, tendo como objeto de estudo o conjunto da Praça João Lisboa e Largo do Carmo, localizados no coração do centro histórico de São Luís. O estudo propôs-se a identificar os conflitos e potencialidades presentes no local, a partir de uma avaliação qualitativa, a fim de elaborar uma leitura do espaço com o objetivo de auxiliar em futuras intervenções.

Apesar da importância que os espaços livres públicos representam para a cidade, atuando como estruturadores da forma urbana e favorecendo trocas e o convívio social, além de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do espaço urbano, foi constatado, a partir da bibliografia estudada, que está havendo um declínio destes espaços.

A valorização da vida privada, causada por diversos fatores relacionados a aspectos que já foram discutidos no capítulo 3 deste trabalho, como mudanças no cenário de convívio social, racionalização da vida urbana moderna, e diante do quadro de insegurança que atinge as grandes cidades, contribuiu para o atual cenário de uso e apropriação de espaços livres públicos.

Buscando compreender os fatores que influenciam para a percepção, atratividade e apropriação de espaços livres públicos, como premissa para identificar os conflitos e potencialidades do objeto de estudo, foram elencadas algumas variáveis relacionadas a aspectos físico-espaciais e a aspectos relativos aos usuários, baseados na literatura estudada (CARR et al., GEHL, JACOBS, LYNCH, SERPA)

Os resultados obtidos baseiam-se não apenas em constatações da pesquisadora, a partir da observação direta, mas também, e principalmente, nas opiniões dos usuários, colhidas em conversas informais e através da aplicação de formulários objetivos. Essa metodologia de pesquisa buscou reforçar a importância da participação popular nos projetos de intervenção em espaços livres públicos.

A partir do que foi exposto no capítulo anterior, pôde-se constatar que a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo, historicamente têm importância como espaço livre público, sendo campo de batalha entre portugueses e holandeses, e posteriormente onde funcionou o primeiro Mercado Público da cidade. Além de função religiosa, já que sua origem está relacionada com a Igreja e Convento do Carmo, teve também função cívica, quando existia no local um pelourinho.

No início do século XX passou por suas primeiras reformas, inspiradas nos preceitos higienistas, e apresentava configuração de alameda e função contemplativa. No entanto, na década de 19(40), por ordem do poder público, suas árvores foram retiradas para facilitar o tráfego de veículos, mas acreditava-se que a ação foi uma estratégia para evitar a reunião de grupos opositores aos ideais políticos da época.

Outra grande transformação pela qual o espaço passou nesta década foi a abertura da Avenida Magalhães de Almeida. Parte do casario foi destruído, desconsiderando seu valor histórico. Já na década de 19(50), foi construído o abrigo do Carmo, com lanchonetes e banheiros. Tal construção gerou discordâncias, pois alguns acreditavam que sua arquitetura destoava no entorno. No entanto, a mesma representa um momento de modernização pela qual a cidade estava passando, e permanece até os dias de hoje na memória popular, ainda sendo bastante utilizado.

Todas estas intervenções pelas quais o espaço passou, refletiram diretamente na forma como o mesmo era utilizado. Apesar da diminuição de frequentadores, a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo ainda recebem dezenas de usuários diariamente, impulsionados principalmente pelo comércio e instituições do entorno.

É ainda tradicional local de encontro de diversos grupos: os aposentados jogadores de dominó e baralho que se reúnem quase todas as tardes; os amigos que se encontram para tomar cerveja nas lanchonetes; colegas de trabalho que têm este espaço como ponto de encontro para retornar juntos para casa; Jovens que se reúnem para bater papo, sentados à sombra das árvores; os taxistas que aguardam seus passageiros; os “moradores” de rua; os camelôs. Cada grupo, com suas características e peculiaridades, utiliza o espaço público à sua maneira, e apesar das diferenças, concretizam a função e a importância do mesmo para a cidade.

Diante da problemática existente, constatou-se que este espaço necessita não somente de intervenções físicas, como a reforma dos abrigos, a manutenção de piso e do conjunto paisagístico, mas também de intervenções sociais, administrativas e legais, principalmente no trecho dos abrigos do Carmo.

Dos três trechos analisados, percebeu-se que o trecho 1 – Praça João Lisboa, é o que apresenta menos problemática. Seu estado de conservação é bom, e as características do espaço, como conforto e adequação ambiental, acessibilidade e aparência, favorecem a

permanência de pessoas, pelo menos durante o dia e a tarde. É um potencial lugar para a pausa, contemplação e descanso.

Não foram observados conflitos de territorialidade neste trecho, visto que seus grupos de usuários caracterizam-se principalmente por pessoas que aproveitam os bancos sombreados para descansar, passar o tempo ou esperar outras pessoas, além dos taxistas e dos tradicionais engraxates.

Já no trecho 2 – Largo da Igreja do Carmo, constatou-se a necessidade de reparos e manutenção, não só de piso, mobiliário e conjunto paisagístico, mas também da edificação da Igreja e Convento do Carmo. A importância deste conjunto arquitetônico e paisagístico para a história da cidade é desconhecida por grande parte da população, apesar de ser considerado Patrimônio Mundial da Humanidade. A reforma e a valorização do espaço beneficiariam não só quem já costuma utilizá-lo, mas também favoreceria seu potencial como ponto turístico.

O mais crítico dos trechos, o dos abrigos do Carmo (lanchonetes), apresenta além da necessidade de reparos e manutenção, conflitos de territorialidade, uso e apropriação do espaço. Neste trecho, diversos grupos convivem, e alguns já possuem “zonas” de ocupação definidas, como os engraxates, os camelôs, e os jogadores de dominó e baralho. Estes grupos convivem harmoniosamente entre si, no entanto os dois primeiros caracterizam a apropriação privada de espaços que deveriam ser de uso público.

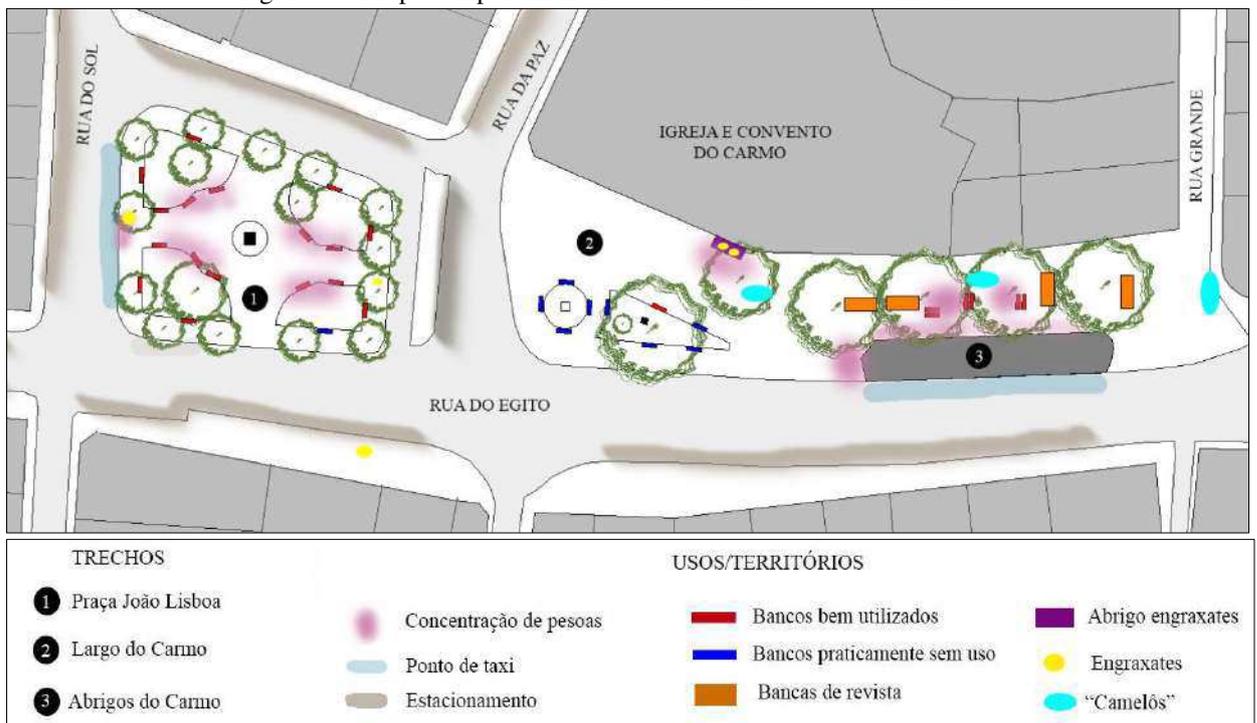
Os banheiros do abrigo, restritos ao controle dos proprietários das lanchonetes, poderiam atender também aos usuários deste espaço. Outro conflito se manifesta entre os frequentadores mais antigos, que não concordam com a comercialização de bebida alcoólica nas lanchonetes, pois acreditam que incentivam à marginalidade e descaracteriza o “ambiente familiar” de outrora.

O aspecto de abandono em que se encontra o abrigo das lanchonetes - infiltrações na alvenaria, deslocamento de revestimento cerâmico, sujeira, esgoto a céu aberto e caixas d'água expostas na laje de cobertura, desencorajam a permanência e caracterizam falta de higiene, mas principalmente prejudicam a estética do conjunto arquitetônico do entorno. As reivindicações provêm não só dos usuários e transeuntes que geralmente passam pelo local, mas também dos proprietários. Estes afirmam que há anos o local não recebe manutenção.

O abrigo do Carmo, apesar de suas problemáticas, é um ponto de concentração de pessoas. O conforto ambiental proporcionado pelas árvores e pela ventilação, associados ao oferecimento de locais para sentar e possibilidade de consumo de lanches, por exemplo, agrega potencial ao local. Foi constatada através de entrevistas informais e da aplicação de formulários, que é praticamente unanimidade a permanência do abrigo neste local, necessitando apenas de reforma.

A partir das observações em campo, foi possível representar graficamente as dinâmicas de uso e apropriação do espaço através de um mapa comportamental. Nele, estão localizados os principais grupos de usuários, as zonas de concentração de pessoas, os pontos de estacionamento e de taxi. Em seguida, é apresentada uma tabela que resume os principais usos e dinâmicas de cada trecho. É importante destacar que este mapa representa apenas as atividades desenvolvidas durante os turnos da manhã e da tarde, já que durante a noite o movimento não é representativo.

Figura 33 - Mapa comportamental dos três trechos – usos e territórios



Fonte: MAIA, 2015.

Figura 34 - Quadro de uso e apropriação de cada trecho

TRECHO	USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO
<p style="text-align: center;"><b>1</b></p> <p><b>Praça João Lisboa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bancos bem utilizados durante a manhã e a tarde. Dispõem de sombra e estão em bom estado de conservação. Caracterizam bom espaço para permanência, descanso, encontro e contemplação.</li> <li>• Cadeiras de engraxate, presentes no local há anos, ainda são bastante utilizadas e já fazem parte da memória dos usuários.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>2</b></p> <p><b>Largo do Carmo (Pátio da Igreja)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessibilidade comprometida pelo deslocamento de pedras portuguesas que compõem a pavimentação e também pelas caixas de passagem que se encontram expostas.</li> <li>• Espaço caracterizado pela passagem e não permanência de pessoas. Bancos com pouca sombra; canteiro triangular, banco e estátua danificados pela raiz da árvore. Sujeira e restos de alimento no jardim do canteiro.</li> <li>• Banca de “camelô” caracteriza apropriação privada do espaço público.</li> <li>• Abrigo para engraxates construído desde 1989 é utilizado também por “moradores de rua”. Conflito entre grupos de usuários.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>3</b></p> <p><b>Abrigos do Carmo (Lanchonetes)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abrigo das lanchonetes, apesar do péssimo estado, ainda recebe usuários diariamente.</li> <li>• Espaço sombreado, com bancos em madeira e ferro quase sempre ocupados.</li> <li>• Espaço frequentado por diversos grupos para encontro, consumo de lanches, refeições ou bebida alcoólica; Caracterizado pela permanência e fluxo de pessoas.</li> <li>• Conflito entre grupos de usuários.</li> <li>• Banca de “camelô” caracteriza apropriação privada do espaço público</li> </ul>

Fonte: MAIA, 2015.

Assim, constatou-se que apesar de estar havendo um declínio dos espaços livres públicos em favorecimento da vida privada, esta área da Praça João Lisboa e Largo do Carmo ainda representa um importante local de convívio social.

Acredita-se que, além de reforma e manutenção do espaço, outra estratégia para valorizá-lo e atrair mais pessoas, seria proporcionar a diversidade de usos nas edificações do entorno e em diferentes horários, principalmente durante a noite, assim como a realização de eventos temporários, a exemplo de atividades culturais, feiras e exposições de artesanato e culinária local, que já ocorrem em outras praças do centro. Esse tipo de iniciativa poderia favorecer o sentimento de pertencimento e conseqüentemente o cuidado para com o patrimônio.

O reordenamento e controle de atividades de um determinado espaço livre público podem ser uma estratégia de valorização destes espaços, proporcionando qualidade de vida e o resgate da apropriação pública.

Nesta pesquisa, foram identificados os principais usos, conflitos e potencialidades do espaço onde estão compreendidos a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo, vistos não somente sob a ótica da pesquisadora, mas também e principalmente do ponto de vista de seus usuários. Assim, espera-se que a discussão e os resultados deste trabalho possam contribuir para futuras intervenções.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

BASSO, Jussara Maria. **Investigação de fatores que afetam o desempenho e a apropriação de espaços públicos: o caso de Campo Grande-MS. Porto Alegre**. UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

CARR, Stephen et al. **Public Space**. Nova York, 1995. In: ALEX, Sun. Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. p.28.

FRUGOLI JR, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALL, Edward. **A dimensão oculta**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IPHAN. **Cidades Históricas - inventário e pesquisa: São Luís**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LAY, Maria Cristina D.; REIS, Antonio Tarcisio L. O papel de espaços abertos comunais na avaliação de desempenho de conjuntos habitacionais. **Revista Ambiente Construído**. Porto Alegre, vol. 02, n. 03, jul/set 2002, p.25-39.

LOPES, José Antonio Viana. São Luís: história urbana. In: **São Luís, ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem** (São Luís, ilha de Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem). Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. p. 189-198.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MACEDO, Silvio; ROBBA, Fábio. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. **Alterações no projeto de Praças para a conservação de Centros Históricos. O caso de São Luís do Maranhão**. Dissertação mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

PREFEITURA realiza reordenação urbanística na Praça João Lisboa. Disponível em: <http://jornalpequeno.com.br/2015/03/02/prefeitura-realiza-reordenacao-urbanistica-na-praca-joao-lisboa/>. Acesso em: 15 mai. 2015.

QUEIROGA, Eugênio F. Entre a megalópole e a praça: notas dialéticas sobre paisagens urbanas contemporâneas e possibilidades projetuais do espaço público. In: ENEPEA, 7, 2004. **Anais do VII ENEPEA**. Belo Horizonte, 2004.

QUEIROGA, Eugênio F. **Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópole brasileiras**. RESGATE - vol. XIX, n.21 - jan./jun. 2011 - QUEIROGA, Eugênio Fernandes - p. 25-35

RHEINGANTZ et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Pulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Aline Martins da. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo.** Dissertação mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís.** Rio de Janeiro: Olímpica, 1971.

WHYTE, William H. The social life of small urban spaces. In: GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

## APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA PESQUISA DE OPINIÃO

<p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</p> <p style="text-align: center;"><b>FORMULÁRIO – PESQUISA DE OPINIÃO</b> <b>Praça João Lisboa / Largo do Carmo</b></p> <p style="text-align: center;"><b><u>INFORMACÕES SOBRE O RESPONDENTE:</u></b></p> <p><b>1. Gênero</b> ( ) M      ( ) F</p> <p><b>2. Faixa etária</b> ( ) Criança      ( ) Adolescente ( ) Adulto      ( ) Idoso</p> <p><b>3. Você costuma frequentar a praça João Lisboa / Largo do Carmo?</b> ( ) Sim      ( ) Não</p> <p><b>Com que frequência ?</b> ( ) Diariamente      ( ) semanalmente ( ) 1 vez por mês      ( ) Primeira vez ( ) 2 vezes por mês</p> <p><b>4. Há quanto tempo você frequenta a praça João Lisboa / Largo do Carmo ?</b> ( ) Menos de 1 ano      ( ) De 1 a 5 anos ( ) De 5 a 10 anos      ( ) Mais de 10 anos</p> <p><b>5. Para quê você usa a praça João Lisboa / Largo do Carmo ?</b> ( ) Trabalhar ( ) Passar o tempo/descansar ( ) Apenas passagem ( ) Encontrar outras pessoas ( ) Outro – qual ?</p> <p><b>6. Quanto tempo você costuma permanecer na praça João Lisboa / Largo do Carmo ?</b> ( ) Até 1 hora      ( ) 2 a 3 horas ( ) 4 a 5 horas      ( ) Mais de 5 horas</p>	<p><b>7. Qual horário você costuma usar a praça João Lisboa / Largo do Carmo ?</b> ( ) Manhã      ( ) Tarde      ( ) Noite</p> <p><b>8. Que meio(s) você utiliza para chegar à praça João Lisboa / Largo do Carmo ?</b> ( ) A pé ( ) Bicicleta ( ) Motocicleta ( ) Carro ( ) Ônibus</p> <p><b>9. O que te incomoda na praça ?</b> ( ) Não me sinto seguro ( ) Falta de manutenção/limpeza (aparência) ( ) Falta de mobiliário</p> <p>DATA: ___/___/___ TURNO: _____</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p style="text-align: center; font-weight: bold;">OBSERVAÇÕES</p>            </div>
---	--

Fonte: MAIA (2015)